

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

1º quadrimestre | 2019



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Sérgio Ricardo Ciavoli Mota

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Leonardo Lobo Pires

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Adilson Zegur

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES

FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Raphael Philipe Moura

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E

ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE

RECURSOS

Giovana dos Santos Itaboraí

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Caroline de Moraes Rocha

Creusa Mattoso de Almeida

Cristiane dos Santos Oliveira

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Maria Gisele Bastos Soares

Neusa Lourenço Silva

Paulo Roberto Arduini Carvalho Júnior

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÉNCIA FISCAL é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA FISCAL porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O Boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

Esta edição, decorridos onze meses da homologação do Regime de Recuperação Fiscal, evidencia o início da trajetória do Estado do Rio de Janeiro na retomada do equilíbrio fiscal, após três anos de forte frustração de receitas e acúmulo de dívidas com sevidores e fornecedores.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001



Sumário

I. Economic Outlook	12
I.I Brazil and Rio de Janeiro	12
I. Panorama Econômico	14
I.I O Brasil e Rio de Janeiro	14
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	16
III. Resultados Fiscais	22
III.I Resultado Orçamentário	22
III.II Resultado Primário	24
IV. Receita Estadual.....	27
IV.I Receitas Correntes	28
IV.I.1 Receita Tributária.....	29
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	35
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	37
IV.I.3.1 Receita de Transferências	40
IV.I.3.2 Transferências da União.....	41
IV.II Receitas de Capital	43
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	45
V.I Despesa Total	45
V.II Despesas por Grupo	46
V.III – Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM , FEHIS e FISED.....	50
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	58
VI.1 Cota Financeira.....	58



VI.2 Pagamento de PD's.....	58
VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	58
VI.3 Requisições Judiciais de Pagamento	60
VI.4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	62
VI.5 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	69
VI.6 Análise de Viabilidade Econômica de PPP	69
VI.7 Captação de Recursos	70
Glossário	71



Apresentação

Este é o quinquagésimo oitavo número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), é o primeiro referente ao exercício de 2019. Editado quadrimestralmente desde 2016, seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. O encerramento de 2017, mostrou resultados um pouco melhores, por conta do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2018, a economia começa a mostrar sinais de recuperação. A retomada dos investimentos da Petrobrás e o consequente aumento da produção de petróleo refletiram positivamente tanto na Receita de Participações Governamentais como no ICMS da cadeia de óleo e gás.

No item I.I é apresentada breve análise do Cenário Econômico e, a partir do item II, comenta-se a Receita Realizada no 1º quadrimestre de 2019.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



No que diz respeito à aplicação dos recursos, importante cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação. Nos últimos três exercícios até a execução das despesas sujeitas a percentuais mínimos de aplicação foi bastante difícil. A despesa por si só tem um crescimento vegetativo a cada ano, contrapondo-se à frustração de receita enfrentada. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 12/06/2019.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa).

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos resultados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado, cujo pagamento está suspenso por três exercícios por conta do RRF. Traz ainda dados sobre a execução de convênios, atualmente em número reduzido por conta da crise financeira do Governo Federal, que reduziu as tais transferências.



RESUMO EXECUTIVO

Neste primeiro quadrimestre de 2019 as receitas apresentaram um comportamento superior ao previsto, já mostrando mais alguns efeitos do processo de estabilização fiscal que o Estado do Rio de Janeiro celebrou, em setembro de 2017, o Plano de Recuperação Fiscal – PRF , junto ao Governo Federal.

A Receita Total, incluídas todas as Fontes cresceu 11,5% (+ R\$ 3.251,74 milhões) em relação à meta estipulada. As Receitas Correntes apresentaram um bom desempenho, 12,2% além do previsto. Tal resultado foi novamente influenciado pelas Receitas Tributárias do ICMS, principal fonte de receita do ERJ, e pelas Receitas Patrimoniais - dado o comportamento das receitas de Participações Governamentais, derivadas da atividade petrolífera.

As Receitas de Capital realizaram um valor aquém das expectativas, apenas 25,7% da meta prevista, influenciado principalmente pelo fraco resultado das Transferências de Capital que realizaram 7,1% do valor previsto. Essa performance está diretamente relacionada com a redução do fluxo de repasses ligado ao convênio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O resultado orçamentário no 1º quadrimestre de 2019 foi positivo em R\$ 3.496,64 milhões, porém 29,0% inferior ao mesmo período de 2018. Este resultado está diretamente ligado a forte redução nas Receitas de Capital que, por sua vez, foram afetadas, conforme mencionado anteriormente, pela redução das Transferências de Capital do convênio do PAC. As Receitas Correntes realizaram R\$ 19.944,53 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 16.359,43 milhões, gerando um superávit corrente de R\$ 3.585,10 milhões. Já as Receitas de Capital, totalizaram R\$ 54,78 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 182,87 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 128,09 milhões.

O resultado primário foi positivo no 1º quadrimestre. A receita primária foi superior a despesa primária em R\$ 3.023,75 milhões. As receitas primárias totais atingiram R\$ 19.820,01 milhões, enquanto as despesas primárias totais, que contemplam as Despesas Pagas, os Restos a Pagar Processados e Pagos e os Resto a Pagar não Processados e Pagos, totalizaram R\$ 16.796,29 milhões.

As despesas do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) para o exercício 2019 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 80,37 bilhões. Desde total, R\$ 13,75 bilhões permaneceram contingenciados em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação, resultando em um orçamento de disponível de R\$ 66,70 bilhões.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 16,01 bilhões no Poder Executivo e R\$ 2,17 bilhões nos Outros Poderes, excluídas as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Do total de despesas pagas (R\$ 18,39 bilhões), R\$ 15,62 bilhões são referentes ao orçamento de 2019 e R\$ 2,77 bilhões são Restos a Pagar.

Dentre as despesas orçamentárias, as Despesas Correntes do ERJ liquidadas até o momento indicaram uma diminuição de 2,5 % ante 2018. Foram R\$ 16,35 bilhões nesse primeiro quadrimestre.

O grupo de Pessoal executou R\$ 12,19 milhões. O grupo de Outras Despesas Correntes apresentou



R\$ 4,12 bilhões em despesas liquidadas, uma diminuição de 6,6% frente os dados do mesmo período de 2018. Já os recursos aplicados em Despesas de Capital somaram R\$ 187 milhões, uma redução de 61,9% ante 2018.

No aspecto dos índices constitucionais, todos os índices apresentaram crescimento da Receita Base em relação ao mesmo período do ano passado - consequência da melhora na arrecadação dos principais tributos estaduais. No tocante a execução, todos os índices executaram montante superior ao 1º quadrimestre de 2018, com exceção da FAPERJ.



EXECUTIVE SUMMARY

In this first quadrimester of 2019, the revenues were higher than expected, showing some of the effects of the fiscal stabilization plan, the Fiscal Recovery Plan - PRF, that the State of Rio de Janeiro celebrated, in September 2017, with the Federal Government.

Total Revenue, including all sources, increased by 11.5% (+ R\$ 3,251.74 million) compared to the target. Current Revenues performed well, 12.2% above expectations. This result was again influenced by the ICMS Tax Revenue, ERJ's main source of revenue, and the Equity Revenue - given the behavior of Government Equity revenues derived from the oil activity.

Capital Revenues were below expectations, only 25.7% of the expected target, mainly influenced by the weak result of the Capital Transfers that made 7.1% of the expected value. This performance is directly related to the reduction of onlendings flow linked to the agreement of the Growth Acceleration Program - PAC.

The budgetary result in the first quadrimester of 2019 was positive by R \$ 3,496.64 million, but 29.0% lower than the same period of 2018. This result is directly linked to the strong reduction in Capital Revenues, which, in turn, were affected, as mentioned above, by the reduction of the Capital Transfers of the PAC agreement. Current Revenues totaled R \$ 19,944.53 million, while Current Expenses totaled R\$ 16,359.43 million, generating a current surplus of R \$ 3,585.10 million. Capital Revenues totaled R \$ 54.78 million while their Expenses totaled R \$ 182.87 million, registering a capital deficit of R \$ 128.09 million.

The primary result was positive in the 1st quadrimester. Primary revenue exceeded primary expenditure by R \$ 3,023.75 million. Total primary revenues reached R \$ 19,820.01 million, while total primary expenses, which include Expenses Paid, Processed and Paid Remaining Payables and Unprocessed and Paid Remaining Payables, totaled R \$ 16,796.29 million.

Expenditures of the State of Rio de Janeiro (ERJ) for fiscal year 2018 were set in the State Budget Law at R\$ 80,37 billion. From the total, R\$ 13,75 billion remained restricted due to the current economic situation of the State and the Federation, resulting in an available budget of R\$ 66.70 billion.

In terms of execution, R\$ 16.01 billion were paid by the Executive Branch and R\$ 2.17 billion by other branches, excluding independent public companies (CEDAE and the Official Press). Of the total expenses paid (R\$ 18.39 billion), R\$ 15.62 refers to the budget of 2019 and R\$ 2.77 are remaining balance.

Among budgetary expenditures, the ERJ Current Expenses settled so far indicated a decrease of 2.5% compared to 2018. The amount of R\$ 16.35 billion was paid in the first four months. The Personnel group executed R \$ 12.19 million. The Other Current Expenses group presented R \$ 4.12 billion in expenses, a decrease of 6.6% compared to the same period of 2018. The resources invested in Capital Expenditures totaled R\$ 187 million, a reduction of 61.9% compared to 2018.

Regarding the mandatory spending, all indices showed a growth of the basic revenue in relation to the same period of last year - a consequence of the improvement in the collection of the main state taxes.



Regarding execution, all the indices executed more than in the first four-month of 2018, except for FAPERJ.



I. Economic Outlook

I.I Brazil and Rio de Janeiro.

The GDP result for the first quarter of 2019, in the seasonally adjusted series, decreased by 0.2% compared to the fourth quarter of 2018, the first drop after eight straight quarters of growth. Compared to the same quarter of 2018, GDP grew by 0.5%. The accumulated in the four quarters ended March 2019 increased 0.9% compared to the same period last year.

In terms of expenditure, Gross Fixed Capital Formation (GFCF) declined 1.7% in the first quarter of 2019 compared to the fourth quarter of 2018, the second consecutive drop and the third negative result of the last four recorded, showing the poor performance of economic activity. From the standpoint of supply, negative highlight for industry (-0.7%), with a strong influence of extractive activity (-6.3%). Manufacturing and construction industries also declined in the first quarter (-0.5% and -0.2%, respectively), which reinforces the widespread degree of domestic uncertainty, accentuated by falling domestic and foreign demand leveraged by the trade war between the United States and China, the crisis in Argentina and the slowness of the global economy. The services sector ended the first quarter up 0.2% from the last quarter of 2018. Four weeks ago, market expectations for GDP growth in 2019 were 0.93%. Today, expectations are at 0.81% growth¹.

The Broad National Consumer Price Index (IPCA) increased 0.13% in May 2019, 0.44 percentage points above April and 0.27 below May 2018, ending the month with the lowest result since May 2006 (+0.10%). Even so, it posted an accumulated result for the year in May of +2.22%, higher than the same period of 2018 (+1.33%). Market expectations for inflation behavior at the close of 2019 are +3.82%².

The general industry returned to negative ground in 2019 in the 12-month accumulated result after the poor performance in the first four months of the year, both in Brazil and Rio de Janeiro (-2.7% and -3.1%, respectively). In Brazil, negative highlight for the extractive industry accumulated until April (-11.8%), which increased in Rio (+0.6%). That is, the negative result observed in the general industry in the first four-month period (-3.1%) in Rio is related to the behavior of the manufacturing industry (-4.9%). Several segments that signaled an improvement in the industrial manufacturing indicator in the State during 2018 retreated in the first four months of the year: of thirteen segments of the manufacturing industry operating in the ERJ, eight registered a decrease in the first four months of 2019 compared to the first quarter of 2018; and among the eight, the three most important in ERJ - 'Manufacture of coke, petroleum products and biofuels' (-4.3%), 'Metallurgy' (-12.0%) and 'Manufacture of motor vehicles trailers and bodies' (-7.9%). As previously mentioned, this result is the result of both the slow recovery in domestic demand and the slowdown in international demand, which has affected Rio de Janeiro's exports.

¹ Boletim Focus de 12/07/2019.

² Idem.



A sector that led the resumption of GDP growth in Brazil in 2017, retail trade (restricted) registered growth of 1.8% in Brazil (-0.1% in Rio de Janeiro). In the four-month period January-April, the results were, respectively, + 0.7% and -0.8%. In the expanded indicator, the positive highlight is 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces', with a good result in the first quarter in both Brazil and the ERJ (+ 7.9% and + 11.5%, respectively). Another segment of the expanded indicator, 'Construction Material' registered negative results in the state in the accumulated until April (-10.6%), unlike the national level (+ 3.7%).

On the other hand, the services sector continues to show few signs of a more consistent recovery, especially in the ERJ: 5.6% decrease in activity in April, and 4.7% in the accumulated until the month in 2019. In the national average, results of respectively -0.7% and + 0.6%. In the State, negative highlights in the 1st four-month period for 'Information and Communication Services' (-14.2%) and 'Transport, auxiliary transport and mail services' (-1.8%).

As the sector that employs the most in the country, and with its activity pace still low, services continues to influence the results related to unemployment in Brazil and ERJ. IBGE data show that the unemployment rate increased from the fourth quarter of 2018 to the first quarter of 2019, both in Brazil (from 11.6% to 12.7%) and in the ERJ (14.8% to 15, 3%). In addition to registering the highest unemployment rate in the Center-South, and 8th in Brazil, the ERJ is still experiencing another problem: among the employed, while the distribution of the population with a formal contract fell 3.4 percentage points between the first quarter of 2015 and the first quarter of 2019 in Brazil, in the state the decrease was 8.4 points in the same period, more than double the recorded in the national average, coinciding with an increase in the distribution of informal workers and self-employed above the national average.

In short, Rio de Janeiro's economic activity, which from 2017 onwards has been leveraged by the recovery of industrial manufacturing activity, especially those focused on exports (steel and vehicles), is in 2019 sustained mainly by the gradual recovery of the oil and gas sector, especially extractive activity and related services.



I. Panorama Econômico

I.I O Brasil e Rio de Janeiro.

O resultado do PIB neste 1º trimestre de 2019, na série com ajuste sazonal, recuou 0,2% em relação ao 4º trimestre de 2018, a 1ª queda após oito trimestres seguidos de crescimento. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018, o PIB cresceu 0,5%. Já o acumulado nos quatro trimestres encerrados em março de 2019 subiu 0,9% na comparação com o mesmo período anterior.

Pela ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registrou queda de 1,7% no 1º trimestre de 2019 em relação ao 4º trimestre de 2018, a segunda baixa consecutiva e o terceiro resultado negativo dos últimos quatro registrados, mostrando o fraco desempenho da atividade econômica. Pela ótica da oferta, destaque negativo para a indústria no 1º trimestre de 2019 (-0,7%), com forte influência da atividade extrativa (-6,3%). As indústrias de transformação e construção civil também recuaram neste 1º trimestre (-0,5% e -0,2%, respectivamente), o que reforça o grau generalizado de incerteza doméstica, acentuado pela queda de demanda interna e externa alavancada pela guerra comercial entre Estados Unidos e China, a crise na Argentina e o arrefecimento da economia global. O setor de serviços encerrou o 1º trimestre com alta de 0,2% frente ao último trimestre de 2018. Há quatro semanas, as expectativas de mercado para o crescimento do PIB em 2019 estavam em 0,93%. Hoje, as expectativas estão em 0,81% de crescimento.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,13% em maio de 2019, 0,44 ponto percentual acima do mês de abril e 0,27 abaixo do mês de maio de 2018, encerrando o mês com o menor resultado desde maio de 2006 (+0,10%). Ainda assim, registrou um resultado acumulado no ano em maio de +2,22%, superior ao verificado no mesmo período de 2018 (+1,33%). As expectativas de mercado para o comportamento da inflação no encerramento de 2019 são de +3,82%.

A indústria geral voltou a entrar em terreno negativo em 2019 no resultado acumulado em 12 meses após o desempenho ruim nos primeiros quatro meses do ano, tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro (-2,7% e -3,1%, respectivamente). No Brasil, destaque negativo para a indústria extrativa no acumulado até abril (-11,8%), que cresceu no Rio (+0,6%). Ou seja, o resultado negativo verificado na indústria geral no ERJ no 1º quadrimestre (-3,1%) está relacionado ao comportamento da indústria de transformação (-4,9%). Diversos segmentos que sinalizavam uma melhora no indicador industrial de transformação no Estado ao longo de 2018 voltaram a recuar nos primeiros quatro meses do ano: de treze segmentos da indústria de transformação que atuam no ERJ disponibilizados pelo IBGE, oito registraram queda nos primeiros quatro meses de 2019 na comparação com o 1º quadrimestre de 2018; e ainda, entre os oito, os três principais segmentos de atuação no ERJ – ‘Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis’ (-4,3%), ‘Metalurgia’ (-12,0%) e ‘Fabricação de veículos automotores reboques e carrocerias’ (-7,9%). Como citado anteriormente, esse resultado é fruto tanto da lenta recuperação da demanda doméstica quanto do arrefecimento da demanda internacional, prejudicando as exportações fluminenses.

Setor que chegou a liderar a retomada do crescimento do PIB no país, o comércio varejista (restrito) registrou crescimento de 1,8% no Brasil (-0,1% no Rio de Janeiro). No quadrimestre janeiro-abril, os



resultados foram de, respectivamente, +0,7% e -0,8%. No indicador ampliado, o destaque positivo fica por conta de ‘Veículos, motocicletas, partes e peças’, com bom retrospecto no 1º quadrimestre tanto no Brasil quanto no ERJ (+7,9% e +11,5%, respectivamente). Outro segmento do indicador ampliado, ‘Material de construção’ voltou a registrar resultados negativos no Estado no acumulado até abril (-10,6%), diferentemente do ocorrido em âmbito nacional (+3,7%).

Já o setor de serviços continua com poucos sinais de recuperação mais consistente, especialmente no ERJ: queda de 5,6% na atividade em abril, e de 4,7% no acumulado até o mês em 2019. Na média nacional, resultados de, respectivamente, -0,7% e +0,6%. No Estado, destaque negativo no 1º quadrimestre para ‘Serviços de informação e comunicação’ (-14,2%) e ‘Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio’ (-1,8%).

Por ser o setor que mais emprega no país, e com ritmo de atividade ainda em baixa, serviços continua influenciando nos resultados relacionados à desocupação no Brasil e ERJ. Dados do IBGE mostram que a taxa de desocupação aumentou na passagem do 4º trimestre de 2018 para o 1º trimestre de 2019, tanto no Brasil (de 11,6% para 12,7%) quanto no ERJ (14,8% para 15,3%). Além de registrar a maior taxa de desemprego do Centro-Sul, e 8º do Brasil, o ERJ ainda vem passando por outro problema: entre os ocupados, enquanto a distribuição da população com carteira assinada caiu 3,4 pontos percentuais entre o 1º trimestre de 2015 e o 1º trimestre de 2019 no Brasil, no Estado a queda foi de 8,4 pontos no mesmo período, mais do que o dobro do registrado na média nacional, e coincidindo com um aumento na distribuição dos ocupados informais (sem carteira) e por conta própria acima da média nacional.

Em suma, a atividade econômica fluminense, que a partir de 2017 passou a se alavancar pela recuperação da atividade industrial de transformação, especialmente as voltadas às exportações - siderurgia e veículos, em 2019 se sustenta, principalmente, pela recuperação gradual do setor de óleo e gás, especialmente a atividade extractiva e serviços correlacionados.



II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2019, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ N° 06 de 24 de janeiro de 2019, demonstradas na Tabela 1, a seguir, considera a Receita Bruta arrecadada no exercício, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 7.003,4 milhões no primeiro quadrimestre de 2019.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 31.436,89 milhões / 111,5% da meta realizada.

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2019.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2019	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2019	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	27.971,75	31.382,11	112,2%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	213,40	54,78	25,7%
TOTAL	28.185,15	31.436,89	111,5%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes³ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital⁴ são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no 1º quadrimestre de 2019 totalizou 111,5% da meta e somou o montante de \$ 31.436,89 milhões.

³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



Em 2018 o Brasil, assim como no ano anterior, apresentou um baixo crescimento de 1,1%, aquém das expectativas previstas no início do ano. Ainda persistem as dificuldades econômicas, fiscais e políticas que acometem o Brasil e o Estado do Rio de Janeiro, desde 2014. No ano que passou, o ERJ completou seu primeiro ano sob o Plano de Recuperação Fiscal – PRF, o mesmo tem a finalidade estabilizar o quadro fiscal do Estado. Neste primeiro quadrimestre de 2019 as receitas apresentaram um comportamento superior ao previsto, e as receitas correntes tiveram um comportamento destacado no período. Conforme será detalhado a seguir.

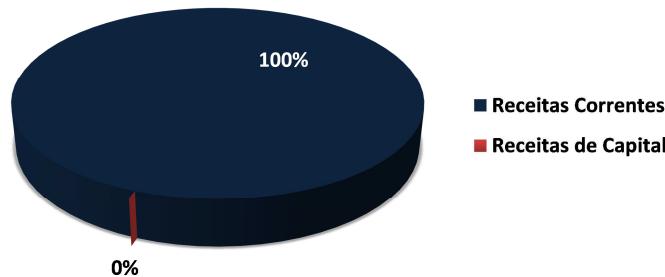
A Receita Realizada, no 1º quadrimestre de 2019, atingiu o montante de R\$ 31.436,89 milhões, valor 11,5% superior à meta estipulada para o período, em termos reais R\$ 3.251,74 milhões.

As Receitas Correntes apresentaram um bom desempenho e totalizaram R\$ 31.382,11 milhões, 112,2% do previsto. Já as Receitas de Capital realizaram um valor aquém das expectativas. No 1º quadrimestre a arrecadação atingiu R\$ 54,78 milhões, 25,7% da meta prevista.

O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Bem como as Tabela 2 e a Tabela 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente e Capital. Os Gráfico 2 e o Gráfico 4 detalham as Receitas Correntes e Capital por Origem e a participação de cada uma delas no total realizado. Já os Gráfico 3 e o Gráfico 5 exibem a evolução das Receitas Corrente e de Capital acumuladas.

Gráfico 1

Composição da Receita Total 1º Quadrimestre



Fonte SIAFE RIO



- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 31.382,11 milhões / 112,2% da meta realizada.

Tabela 2

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2019.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2019	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2019	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	27.971,75	31.382,11	112,2%
TRIBUTÁRIA	18.252,86	19.300,69	105,7%
CONTRIBUIÇÕES	779,06	931,04	119,5%
PATRIMONIAL	4.096,30	6.709,68	163,8%
AGROPECUÁRIA	0,11	0,00	1,6%
INDUSTRIAL	34,88	14,89	42,7%
SERVIÇOS	110,96	101,81	91,7%
TRANSF. CORRENTES	2.537,08	2.276,86	89,7%
OUTRAS	388,13	365,90	94,3%
INTRAORÇAMETÁRIA	1.772,37	1.681,24	94,9%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

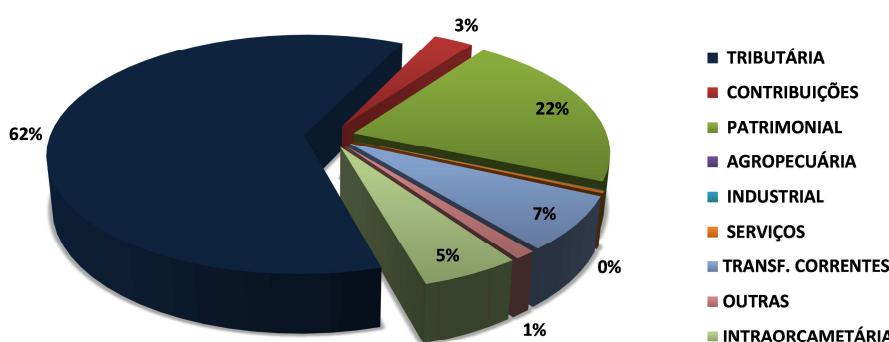
(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas Correntes somaram no quadrimestre, R\$ 31.382,11 milhões, 112,2% da meta estipulada para o período, por conta, do bom desempenho, principalmente, das Receitas Tributárias e Patrimoniais.

A Receita Corrente alcançou, no 1º quadrimestre de 2019, o valor de R\$ 31.382,11 milhões.

Gráfico 2

**Composição da Receita Corrente Realizada
1º Quadrimestre**

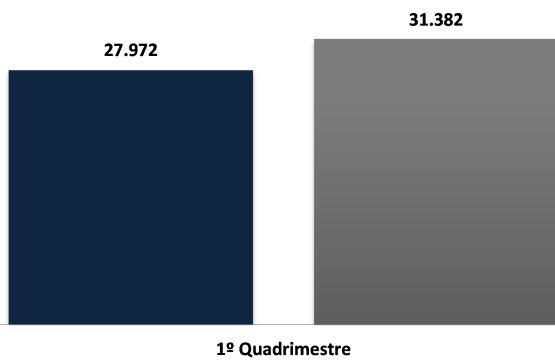




Entre os tributos do ERJ, o ICMS, principal fonte de receita do Estado, apresentou a arrecadação de R\$ 12.457,74 milhões, 7,22% acima da meta determinada, com destaque para o refino de petróleo e energia elétrica. As Receitas Patrimoniais igualmente apresentaram um bom desempenho devido às Participações Governamentais que, no período, recolheram aos cofres do Estado R\$ 6.709,68 milhões, superando a meta do período em 63,8%. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.

Gráfico 3

**Receita Corrente Acumulada - Meta x Realizado
(em R\$ milhões)**



Fonte SIAFE RIO



- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 54,78 milhões / 25,7% da meta realizada.

Tabela 3

**METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM 2019.**

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JAN - ABR) 2019	RECEITA REALIZADA (JAN - ABR) 2019	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	213,40	54,78	25,7%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,09	0,0%
ALIENAÇÃO DE BENS	50,00	0,05	0,1%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	29,76	45,16	151,8%
TRANSF. CAPITAL	133,64	9,48	7,1%
OUTRAS		0,00	0,0%
INTRAORÇAMETÁRIA		0,00	0,0%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

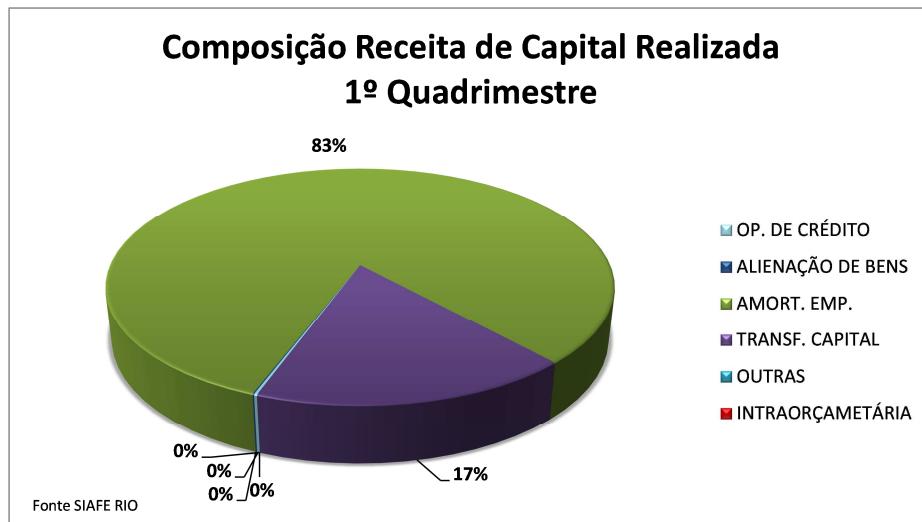
Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No 1º quadrimestre de 2019, as Receitas de Capital realizaram 25,7% da meta estimada para o período. Em valores absolutos representa R\$ 54,78 milhões.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 54,78 milhões no 1º quadrimestre 2019, o que representa 25,7% da meta proposta.

Gráfico 4





O fraco desempenho apresentado pelas Receitas de Capital ocorreu, principalmente, devido ao fraco resultado das Transferências de Capital que realizaram R\$ 9,48 milhões, apenas 7,1% do previsto. O baixo valor mencionado está diretamente relacionado com a redução do fluxo de repasses ligado ao convênio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Gráfico 5



Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.



III. Resultados Fiscais⁵

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: R\$ 3.496,56 milhões / 29,08%

Tabela 4

**RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2018 - 2019.
Resultado Orçamentário**

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		(R\$ milhões) VAR %
	2018	2019	
I. RECEITA TOTAL (A)	23.401,03	21.680,64	-7,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	18.834,88	19.944,53	5,9%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	2.867,50	54,78	-98,1%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.698,65	1.681,33	-1,0%
II. DESPESA TOTAL (B)	18.473,20	18.180,44	-1,6%
II.1 DESPESA CORRENTE	16.774,38	16.359,43	-2,5%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	296,91	182,87	-38,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.401,92	1.638,14	16,8%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	5,12	3,65	-28,8%
RES. ORÇAMENTÁRIO	4.922,71	3.496,56	-29,0%

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2019 emitido em 20/05/2019

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 1º quadrimestre de 2019, foi deficitário em R\$ 3.496,64 milhões.

⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.



O resultado orçamentário, no 1º quadrimestre de 2019, foi positivo em R\$ 3.496,64 milhões, 29,0% inferior ao mesmo período de 2018. Este resultado está diretamente ligado a forte redução nas Receitas de Capital. Estas por sua vez, foram afetadas, conforme mencionado anteriormente, pela redução das Transferências de Capital do convênio do PAC. Entretanto, tal fato não impediu que o ERJ obtivesse um resultado orçamentário positivo. Consequência do forte esforço fiscal e do compromisso assinado com o Governo Federal pelo ERJ no PRF, visando superar a forte crise fiscal que abateu as finanças fluminenses.

A receita, no quadrimestre, totalizou R\$ 21.680,64 milhões 7,4% a menos quando comparada ao mesmo período do ano de 2018. A despesa foi de R\$ 18.180,44 milhões, 7,9% inferior ao alcançado no ano anterior. Em 2019, no 1º quadrimestre, as Receitas Correntes realizaram R\$ 19.944,53 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 16.359,43 milhões, gerando um superávit corrente de R\$ 3.585,10 milhões. Já as Receitas de Capital, totalizaram R\$ 54,78 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 182,87 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 128,09 milhões.



III.II Resultado Primário

Quadrimestre: R\$ 3.754,41 milhões / 345,5%

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2019

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até Abr/2019				
		RECEITAS REALIZADAS				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	59.985,62					19.820,01
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até Abr/2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	73.946,33	19.098,56	16.369,61	14.162,20	2.469,70	1,81
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha						3.023,75

Fonte: RREO - 2º Bimestre de 2019 emitido em 20/05/2019

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente Federativo em cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida). Em 2018 ocorreu uma reformulação completa do modelo do demonstrativo e das orientações para sua elaboração na 8ª edição do MDF. Com a reformulação do demonstrativo também ocorreu uma ampliação do conceito do Resultado Primário que passou a contemplar o referido índice acima e abaixo da linha. O primeiro corresponde à diferença entre as receitas e despesas primárias do setor público, o segundo contempla a variação da dívida do governo. A intenção deste ponto do boletim é demonstrar o resultado das receitas e despesas do ERJ, por isso utilizaremos o conceito acima da linha.

No 1º quadrimestre, o resultado primário foi positivo. A receita primária foi superior a despesa primária em R\$ 3.023,75 milhões. As receitas primárias totais atingiram R\$ 19.820,01 milhões, enquanto as despesas primárias totais, que contemplam as Despesas Pagas, os Restos a Pagar Processados e Pagos e os Resto a Pagar não Processados e Pagos, totalizaram R\$ 16.796,29 milhões.

O ERJ obteve um resultado primário positivo de R\$ 3.023,75 milhões no 1º quadrimestre de 2019.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

No primeiro quadrimestre de 2019, a dotação autorizada foi expandida em R\$ 87,52 milhões⁶ em razão de incorporação de superávit financeiro e abertura de créditos orçamentários. Além disso, do orçamento autorizado (R\$ 80,37 bilhões), R\$ 13,75 bilhões permaneceram contingenciados por medida de cautela em virtude do atual momento econômico do Estado e da Federação. O controle das contas públicas vem sendo realizado com alinhamento orçamentário e financeiro, buscando equilibrar as despesas autorizadas com a capacidade de pagamento do Estado.

A Tabela 6 sintetiza os dados apresentados. Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), mas inclui as despesas intra-orçamentárias.

Para o primeiro quadrimestre de 2019, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 07 de 2019), foi de R\$ 18,25 bilhões. Neste período, a despesa total realizada foi de R\$ 15,62 bilhões, já os Restos a Pagar (RP) do exercício de 2018 pagos corresponderam ao montante de R\$ 2,77 bilhões. Assim sendo, a despesa total realizada foi de R\$ 18,39 bilhões, uma variação de 0,8% em relação ao previsto no Cronograma de Desembolso supracitado.

A Tabela 7 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período de acordo com a meta de execução:

Tabela 6 – LOA para 2019

Lei Orçamentária do ERJ		
Análise do Orçamento ao longo do Exercício		
JANEIRO - ABRIL		
DOTAÇÃO	INICIAL	80.373.868.770
	ATUAL	80.461.389.568
	DISPONÍVEL	66.704.085.241
CONTINGENCIADO		13.757.304.327
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		87.520.798

Fonte: SIAFE Rio / Flexision

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019

*Exclui as Empresas Independentes (CEDAE, Imprensa Oficial)

⁶ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

**Tabela 7 – Cronograma de Desembolso**

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					R\$ Milhões
1º QUADRIMESTRE				Variação %	
METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2018 PAGO** *	DESP. TOTAL REALIZADA		
18.252	15.625	2.772	18.397	0,8%	
18.252	15.625	2.772	18.397	0,8%	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 07 de 24/1/2019.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2018.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no próximo item deste Boletim (parte V).



IV. Receita Estadual⁷⁸

Quadrimestre: R\$ 21.680,64 milhões / - 7,4%⁹

Tabela 8
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
Total	23.401,03	21.680,64	-7,4%
REC. CORRENTE	25.508,48	29.700,87	16,4%
REC. CAPITAL	2.867,50	54,78	-98,1%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.698,65	1.681,33	-1,0%
DEDUÇÕES (REF. A REC. CORRENTE)	-6.673,60	-9.756,34	46,2%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra a Receita Total arrecadada pelo Estado no primeiro quadrimestre de 2019 a qual representa decréscimo de R\$ 1.720,39 milhões, motivado, principalmente pela Receita de Capital.

Os desempenhos da Receita Corrente e da Receita de Capital, serão analisados nas seções IV.I e IV.II, respectivamente.

No 1º quadrimestre de 2019, a Receita de Capital apresentou, decréscimos de R\$ 2.812,71 milhões. O resultado da Receita Estadual decresceu 7,4% (- R\$ 1.720,39 milhões).

⁷ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁸ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 40 do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte:MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.

⁹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.



IV.I Receitas Correntes

Quadrimestre: R\$ 29.700,87 milhões / +16,4%

Tabela 9

RECEITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
REC. CORRENTE	25.508,48	29.700,87	16,4%
TRIBUTÁRIA	18.644,95	19.300,69	3,5%
CONTRIBUIÇÕES	881,83	931,04	5,6%
PATRIMONIAL	3.211,59	6.709,68	108,9%
AGROPECUÁRIA	0,02	0,00	-92,5%
INDUSTRIAL	1,36	14,89	992,4%
DE SERVIÇOS	81,57	101,81	24,8%
TRANSF. CORRENTES	2.311,75	2.276,86	-1,5%
OUTRAS CORRENTES	375,41	365,90	-2,5%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

A Receita Patrimonial e a Receita Tributária contribuíram para o resultado positivo da Receita Corrente durante o 1º quadrimestre de 2019 (+ R\$ 4.192,39 milhões).

Importante ressaltar as mudanças na classificação orçamentária por Natureza de Receita, que reposicionou várias rubricas relativas às Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa, entre outras, em novas naturezas de receita resultando no decréscimo das Outras Receitas Correntes.

A Receita Corrente apresentou comportamento positivo, sendo o desempenho da Receita Patrimonial a principal fonte de acréscimo no resultado quadrimestral.



IV.I.1 Receita Tributária

Quadrimestre: R\$ 19.300,69 milhões / + 3,5%

Tabela 10

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
RECEITA TRIBUTÁRIA	18.644,95	19.300,69	3,5%
ICMS	11.682,20	12.457,74	6,6%
Adicional do ICMS	1.585,62	1.669,79	5,3%
IRRF	1.281,01	1.022,18	-20,2%
IPVA	2.281,09	2.338,68	2,5%
ITD	418,97	319,20	-23,8%
Multas e Juros	212,49	211,01	-0,7%
Dívida Ativa	72,66	106,96	47,2%
Taxas	1.110,90	1.175,13	5,8%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2018.

A Receita Tributária arrecadada no primeiro quadrimestre de 2019 aumentou em R\$ 655,74 milhões, em relação ao mesmo período de 2018. O crescimento nominal foi alcançado principalmente pelo comportamento do ICMS e do FECP, com o IRRF e o ITD aparecendo como destaques negativos. Ressalta-se que houve mudança na classificação da estrutura de contas das Receitas Tributárias, de acordo com a 7º edição do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), que passou a incluir, em 2018, as parcelas dos juros, multas de mora e dívida ativa dos tributos, antes classificados como Outras Receitas Correntes. Esse grupo de receitas apresentou valor aproximado de R\$ 317,97 milhões no quadrimestre.

O Estado do Rio de Janeiro, a partir de janeiro de 2018, enquadrou-se na nova classificação proposta pela 7º edição do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público), já seguida pela União, pela sua Secretaria do Tesouro Nacional, desde janeiro de 2017.



– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

1º Quadrimestre: R\$ 12.457,74 milhões / + 6,6%

A arrecadação de ICMS apresentou bom desempenho no primeiro quadrimestre de 2019 - com acréscimo R\$ 775,54 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior , sendo que desses, R\$ 20,55 milhões são relativos às multas, juros e dívida ativa do ICMS, que passaram a ser classificados em 2018 como Receita Tributária - tendo em vista o ótimo desempenho no ano de 2018, em relação ao de 2017.

Cumpre salientar que houve entrada de nova plataforma da Petrobrás gerando receita de ICMS extraordinária de aproximadamente R\$ 240 milhões em janeiro, compensando, portanto, com a plataforma de fevereiro do ano passado, a única do referido quadrimestre.

O ICMS, a seguir, será analisado por setor econômico através da classificação disponível no Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Fonte: IBM Cognos Viewer - Arrecadação por Seção e Divisão). Destacam-se os grupos que obtiveram maior participação no total das receitas do ICMS:

ICMS Indústrias de Transformação (Participação → 25,81%)

1º Quadrimestre: + 21,85%

O ótimo desempenho da respectiva seção está diretamente associado aos setores de Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis e de Fabricação de Bebidas.

ICMS Eletricidade e Gás (Participação → 20,21%)

1º Quadrimestre: + 16,95%

Obtendo, igualmente, ótimo desempenho no período, o ICMS relacionado à Eletricidade e Gás deve-se fundamentalmente à geração e à distribuição de energia elétrica.

ICMS Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Participação → 27,78%)

1º Quadrimestre: -6,35%



A variação negativa da seção é reflexo, praticamente, total do desempenho do setor de Comércio Atacadista, excluídos os veículos automotores e motocicletas.

ICMS Informação e Comunicação (Participação → 9,13%)

1º Quadrimestre: -5,62%

O destaque negativo desta seção é do setor de Telecomunicações, responsável por cerca de 98% da arrecadação.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

1º Quadrimestre: R\$ 1.669,79 milhões / + 5,3%

O FECP, na mesma toada do ICMS, uma vez que é alíquota adicional desse tributo, nesse período, variou positivamente em R\$ 69,80 milhões, em relação a 2018. Tendo os setores que mais se destacaram para a variação, o de Eletricidade e Gás, seguido pelo de Fabricação de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis.

Cumpre salientar que, da variação citada, R\$ 5,17 milhões são relativos às multas, juros e dívida ativa do adicional do ICMS, que passaram a ser classificados em 2018 como Receita Tributária.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹⁰):

1º Quadrimestre: R\$ 2.338,68 milhões / + 2,5%

O IPVA é um tributo notabilizado pela forte arrecadação no primeiro quadrimestre, tendo em vista a sua sazonalidade².

¹⁰ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.



Nesse primeiro quadrimestre de 2019 o IPVA registrou um crescimento de R\$ 57,59 milhões. Destes, R\$ 9,25 milhões referem-se às multas, juros e dívida ativa transferidas em 2018 para as Receitas Tributárias. De acordo com a Inspetoria do IPVA, dessa Secretaria Estadual de Fazenda, houve um aumento no número de veículos novos em 2019 (67.665 veículos adquiridos entre janeiro e abril de 2019) comparado ao mesmo período de 2018 (61.145 veículos).

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

1º Quadrimestre: R\$ 319,20 milhões / -23,8%

Em comparação com mesmo período de 2018, a arrecadação do ITD apresentou um decréscimo de R\$ 99,77 milhões no quadrimestre. Fato esse que pode ser explicado pela antecipação dos contribuintes à majoração da alíquota do ITD, autorizada pela Lei Estadual 7.786/17, que passou a valer a partir de 16 de fevereiro de 2018. Tendo, portanto, inflado bastante a base de comparação dos dois primeiros meses do exercício anterior. O mês março representa o ponto de inflexão desse quadro de queda. Ressalta-se que, da variação negativa alcançada, R\$ 2,16 milhões referem-se às multas, juros e dívida ativa do ITD.

Lei Estadual 7.786/17 aumentou a alíquota de incidência do ITD: de 4,5% e 5% para 8%, sobre valores acima de 400.000 UFIR-RJ.

– Imposto de Renda (IRRF):

1º Quadrimestre: R\$ 1.022,18 milhões / -20,2%

A queda de R\$ 258,83 milhões do Imposto de Renda no quadrimestre foi impactado por ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

- Dívida Ativa:

1º Quadrimestre: R\$ 106,96 milhões / + 47,2%

O excelente desempenho da Dívida Ativa, que representou uma variação positiva de R\$ 34,29 milhões do período em relação ao



mesmo período do ano passado, ainda é consequência do Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária do ICMS – REFIS, já que parte da referida dívida foi objeto de parcelamento, conforme dispõe a Lei Complementar nº 182/18 e o respectivo Decreto 46.453, influenciando a arrecadação no 1º quadrimestre de 2019

– Multas e Juros:

1º Quadrimestre: R\$ 211,01 milhões / -0,7%

Houve uma diminuição de R\$ 1,48 milhão no quadrimestre, na Receita de Multas e Juros, em relação ao quadrimestre anterior. Porquanto, segundo a Subsecretaria de Arrecadação – SUAR - dessa Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, apesar de fazer parte do Programa de Refinanciamento da Dívida Tributária do ICMS – REFIS, a sua falta de correspondência com o a variação positiva da Dívida Ativa no período, já que ambas são receitas acessórias e objetos do mesmo REFIS; uma vez parceladas, aquelas são transferidas para códigos de receita da parcela principal do seu respectivo tributo. Portanto, essa rubrica não perfaz as Multas e Juros incluídas no Programa de Parcelamento supracitado.

**– Taxas:****1º Quadrimestre: R\$ 1.175,13 milhões / + 5,8%****Tabela 11**

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
Taxas	1.110,90	1.175,13	5,8%
Taxas de Fiscalização	366,92	312,98	-14,7%
Taxa de Fiscalização de Trânsito	349,88	290,06	-17,1%
Outras	17,04	57,78	239,0%
Taxas pela Prestação de Serviços	743,97	862,15	15,9%
Emolumentos e Custas Judiciais	3,11	4,55	46,2%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	5,89	7,52	27,6%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	382,31	340,21	-11,0%
Taxa de Serviços-Prevenção/Extinção de Incêndio	14,20	180,07	1168,4%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	338,46	77,42	-77,1%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2018.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

O acréscimo de R\$ 64,24 milhões é resultado, principalmente, do comportamento da Taxa de Serviços-Prevenção/Extinção de Incêndio.



IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Quadrimestre: R\$ 6.709,67 milhões / + 108,9%

Tabela 12

RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2018	2019	
RECEITA PATRIMONIAL	3.211,59	6.709,67	108,9%
Petróleo	2.971,63	6.523,04	119,5%
Royalties	1.132,56	2.161,15	90,8%
Part. Especial	1.836,20	4.354,16	137,1%
FEP	2,87	7,73	169,0%
Delegação de Serviços Públicos	27,95	25,55	-8,6%
Receitas Financeiras	180,76	131,38	-27,3%
Outras Rec. Patrimoniais	31,24	29,70	-4,9%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

A Receita Patrimonial cresceu R\$ 3.498,09 milhões em relação ao 1º quadrimestre de 2018. O acréscimo está concentrado nas Receitas de Petróleo – Royalties (+ R\$ 1.028,58 milhões) e Participações Especiais (+ R\$ 2.517,96 milhões).

- Petróleo: As receitas pela extração de petróleo e gás cresceram no 1º quadrimestre de 2018 dada a variação positiva do câmbio, além de variação positiva concentrada na produção do pré-sal.

Tabela 13
Participação Governamental do Petróleo

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
Produção (milhões de m³)	34,37	35,87	4,4%
Brent (US\$)	65,37	61,37	-6,1%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,25	3,78	16,4%

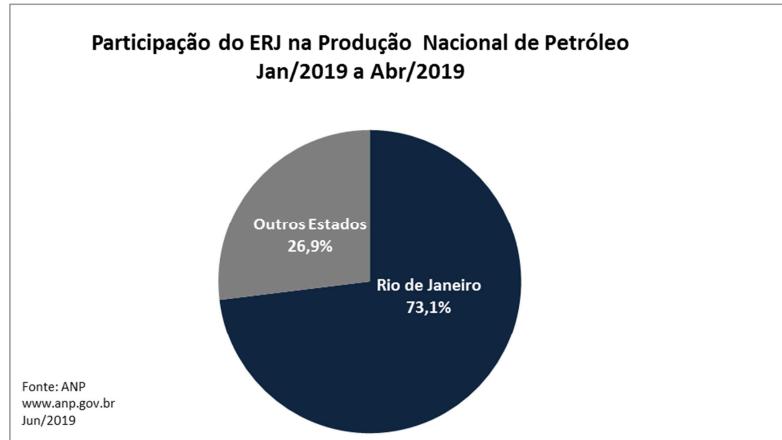
Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 1º Quadrimestre de 2019 são apresentados os dados de produção de Novembro de 2018 a Fevereiro de 2019.



Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 73,1% da produção total brasileira.

Gráfico 6





IV.I.3 Demais Receitas Correntes¹¹

Quadrimestre: R\$ 1.413,63 milhões / + 5,5%

Tabela 14

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.340,20	1.413,63	5,5%
Receita de Contribuições	881,83	931,04	5,6%
Receita Agropecuária	0,02	0,00	-92,5%
Receita Industrial	1,36	14,89	992,4%
Receita de Serviços	81,57	101,81	24,8%
Multas e Juros de Mora*	71,45	66,66	-6,7%
Dívida Ativa*	0,00	0,00	-
Indenizações e Restituições	99,98	63,88	-36,1%
Receitas Diversas	203,98	235,36	15,4%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

Nota Explicativa: Os valores de Multas, Juros e Dívida Ativa Tributária estão classificados, a partir do exercício de 2018, em Receitas Tributárias segundo a 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 14, apresentaram acréscimo no 1º quadrimestre de 2019 de R\$ 73,43 milhões. As receitas que a compõem são detalhadas a seguir:

– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Civis e sua variação relaciona-se com a folha de pagamento. No 1º quadrimestre de 2019, registraram acréscimo de R\$ 49,21 milhões em parte relacionado ao aumento da arrecadação de Contribuições específicas para Previdência Militar de Estados, DF e Municípios e, em menor escala, consequência do acerto do fluxo financeiro de repasses entre o Tesouro e o RIOPREVIDÊNCIA.

¹¹ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte:MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.



- **Receita Industrial:** o acréscimo concentrou-se na Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil. No quadrimestre, a Receita Industrial apresentou expansão de R\$ 13,53 milhões.
- **Receita de Serviços:** Os desempenhos de Serviços Administrativos Gerais, com ênfase em Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização (+ R\$ 2,25 milhões) e Serviço de Processamento de Dados (+ R\$ 8,75 milhões), e de Serviços de Atendimento à Saúde (+ R\$ 15,83 milhões) foram os principais influenciadores do resultado positivo na Receita de Serviços (+ R\$ 20,24 milhões), no 1º quadrimestre de 2019.
- **Indenizações e Restituições:** No 1º quadrimestre de 2019 apresentaram queda de R\$ 36,11 milhões em relação ao mesmo período de 2018. A queda é resultado do decréscimo das Receitas de Restituições.
- **Multas e Juros de Mora:** a queda de R\$ 4,78 milhões na receita de Multas e Juros de Mora está relacionada à redução na arrecadação de multas de natureza formal dos tributos e à multas por danos ambientais. Vale lembrar que a mudança da classificação contábil de algumas naturezas de multas e juros de mora, relativos aos tributos, passaram a classificar seus montantes como Receita Tributária.
- **Receitas Diversas:** apresentaram no 1º quadrimestre de 2019 um acréscimo de R\$ 31,37 milhões, relacionado, igualmente às Receitas de Contribuições, ao fluxo de repasses entre o Tesouro e o RIOPREDÊNCIA. As principais receitas que compõem esse grupo são:
 - *Os recursos do RIOPREVIDÊNCIA que participam com 24% do valor total da arrecadação desse grupo. Parte são recursos repassados pelo DETRAN, nos termos da Lei 7.391/2016, para adimplir o pagamento de seus inativos e pensionistas que integram o sistema previdenciário gerenciado pelo RIOPREVIDÊNCIA. O restante é originário de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS;*
 - *Os recursos do Tribunal de Justiça com 31%, referentes às receitas de arrecadação própria, basicamente originárias dos Cartórios;*



- Os recursos da LOTERJ com 26%, referente a receitas de arrecadação própria: loteria esportiva, venda de bilhetes, apostas, etc.

O restante está pulverizado em diversas Unidades Orçamentárias, sendo essas receitas consideradas também como arrecadação própria, resultado de esforço do órgão no exercício de sua atividade fim.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Quadrimestre: R\$ 2.276,86 milhões / -1,5%

Tabela 15

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	2.311,75	2.276,86	-1,5%
Transf da União	1.348,87	1.262,81	-6,4%
FPE	502,56	568,99	13,2%
IPI exp	331,86	301,43	-9,2%
IOF	0,01	0,01	3,0%
CIDE	38,78	20,44	-47,3%
SUS	269,66	225,34	-16,4%
Salário Educação	136,41	118,17	-13,4%
Lei Kandir	28,01	0,00	-100,0%
Outras Transf. da União	41,57	28,42	-31,6%
FUNDEB	933,43	997,79	6,9%
Convênios	29,44	12,34	-58,1%
Outras Transf. Corr.	0,01	3,93	31634,1%

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

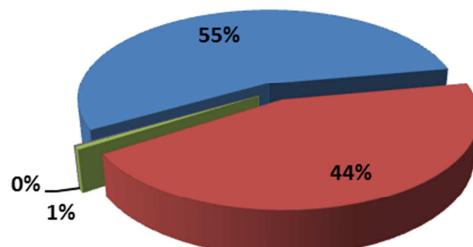
As Receitas de Transferências apresentaram decréscimo de 1,5% (- R\$ 34,88 milhões) no primeiro quadrimestre de 2019, se comparado ao mesmo período de 2018. O resultado reflete o desempenho negativo das Transferências da União, principalmente das receitas do SUS, IPI-Exportação e Lei Kandir.

Gráfico 7

Composição da Receita de Transferências

1º Quadrimestre 2019

■ Transf da União ■ FUNDEB ■ Convênios ■ Outras Transf. Corr.



Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019



IV.I.3.2 Transferências da União

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 55% do total das Receitas de Transferências neste 1º quadrimestre de 2019. Este grupo apresentou redução da receita de 6,4% (-R\$ 86,06 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2018. Apesar do avanço da receita de FPE, notou-se decréscimo substancial das receitas do SUS, IPI-Exportação e Lei Kandir, que levou à redução da recita de Transferências da União.

– **FPE¹²**: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado quadrimestral positivo dessa transferência foi consequência do avanço da arrecadação do IPI e do IR.

Os recursos do FPE no 1º quadrimestre apresentaram acréscimo de 13,2% (+ R\$ 66,43 milhões) em comparação ao mesmo período de 2018.

Tal fato é consequência do acréscimo de arrecadação no item IPI Vinculado à Importação. Neste caso, destacam-se o crescimento das importações em dólar, bem como aumento da taxa de câmbio. Ademais, notou-se aumento da receita relacionada ao IRPJ das Demais Empresas resultado do crescimento da estimativa mensal recolhida pelas empresas não financeiras. Houve recolhimentos extraordinários em fevereiro de 2019, de R\$ 4,6 bilhão, por diversas empresas.

– **IPI-EXP**: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas

O resultado da receita na conta IPI-Exportação reflete a redução do coeficiente de participação do ERJ.

¹² Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a abril de 2019, Receita Federal.

<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/janeiro2019/analise-mensal-jan-2019.pdf>
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/fevereiro2019/analise-mensal-fev-2019.pdf>
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/marco2019/analise-mensal-mar-2019.pdf>
<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/abril2019/analise-mensal-abr-2019.pdf>



da União e os mesmos estão disponíveis em <http://portal.tcu.gov.br/comunidades/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-ipi-exportacao/>

Nesse quadrimestre essa receita apresentou decréscimo de 9,2% (- R\$ 30,43 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do novo coeficiente de participação do IPI- Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2018, era de 17,910467%, em 2019 foi reajustado para 17,551891%.

– **SUS:** A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB¹³ fixo¹⁴ e PAB variável¹⁵) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Os repasses referentes ao SUS apresentaram redução de R\$ 44,32 milhões (- 16,4%) nesse quadrimestre, se comparado a 2018. Devemos destacar que a característica destes repasses seguem as políticas indicadas pelo Governo Federal.

– **Lei Kandir** Nesse quadrimestre não houve ingresso de receita referente à Lei Kandir. A chamada Lei Kandir determinou em 1996 a isenção do ICMS de produtos e serviços destinados à exportação. A medida imputou perdas no ICMS dos Estados. Sendo assim, a União estabelece em seu orçamento valores para compensação parcial das perdas e os distribui mensalmente entre os entes. No entanto, essa Receita não foi incluída na LOA da União desse exercício e essa não vem sendo repassada desde janeiro.

– **FUNDEB** É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

¹³ PAB: Piso de Atenção Básica

¹⁴ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

¹⁵ Destina-se a manutenção do Programa de Agentes comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários dos Agentes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidos 13 parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.



O crescimento das receitas do FUNDEB no quadrimestre (6,9% / + R\$ 64,36 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho favorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 997,79 milhões.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 54,78 Milhões / -98,1%

Tabela 16

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018/2019.

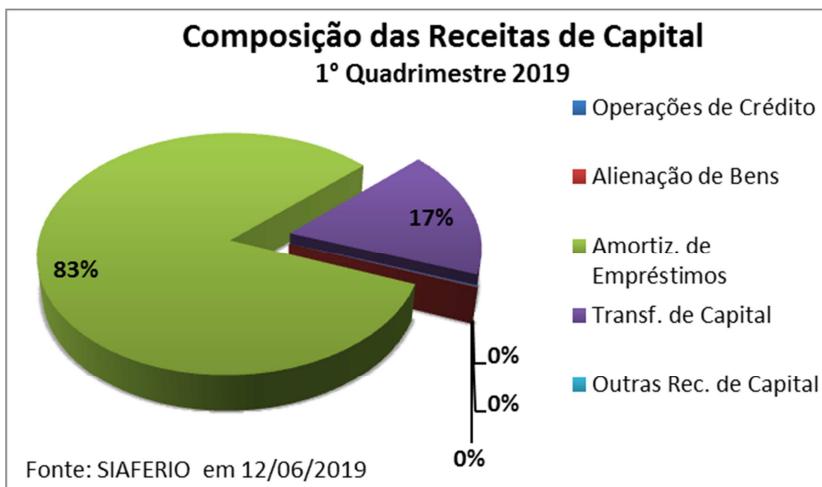
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (JAN - ABR)		VAR %
	2018	2019	
REC. CAPITAL	2.867,50	54,78	-98,1%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	923,60	0,09	-100,0%
ALIENAÇÕES DE BENS	1.871,25	0,05	-100,0%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	40,45	45,16	11,7%
TRANSF. DE CAPITAL	32,20	9,48	-70,5%
OUTRAS REC. DE CAPITAL	0,00	0,00	#DIV/0!

Fonte: SIAFERIO em 12/06/2019.

As Receitas de Capital apresentaram decrescimento de 98,1% (-R\$ 2.812,71 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2018. Tal fato pode ser explicado pela redução identificada na Receita de Alienações de Bens e Operações de Crédito no período analisado.

Gráfico 8





OPERAÇÕES DE CRÉDITO: No primeiro quadrimestre de 2019, a receita derivada de operações de crédito foi de, apenas, R\$ 89 mil, em razão de operação relacionada a Programas de Transporte. Em contrapartida, observou-se em janeiro de 2018 a entrada de R\$ 900 milhões relativa a alienação de ações da CEDAE, conforme previsto no Programa de Recuperação Fiscal – PRF celebrado entre o ERJ e o Governo Federal, que justifica a redução de quase 100% de receita no período analisado.

Não houve entrada de receita relevante de operações de crédito no primeiro quadrimestre de 2019. Contudo, em janeiro de 2018 observou-se a entrada de R\$ 900 milhões relativa ao Programa de Recuperação Fiscal – PRF.

ALIENAÇÕES DE BENS: No primeiro quadrimestre de 2019, a receita derivada de alienação de bens foi de, apenas, R\$ 46 mil, em razão da Alienação de Bens Móveis e Semeventes. Por outro lado, em abril de 2018 realizou-se a receita da Cessão Definitiva de Crédito de Royalties e de Participação Especial no valor de R\$ 1,867 bilhão, que explica a variação de quase -100% entre o primeiro quadrimestre de 2019 e o mesmo período de 2018.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 17 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico:

Tabela 17 – Execução da Despesa Total

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - 1º QUADRIMESTRE								R\$ Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2018	DESPESA SEM INTRA	60.643	60.992	11.648	49.344	16.158	15.028	
	DESPESA INTRA	3.801	3.910	805	3.106	1.148	1.108	
	DESPESA TOTAL	64.444	64.902	12.453	52.449	17.306	16.136	
2019	DESPESA SEM INTRA	66.860	66.857	12.928	53.929	15.742	14.640	
	DESPESA INTRA	4.539	4.630	830	137	1.385	1.371	
	DESPESA TOTAL	71.400	71.487	13.757	54.066	17.127	16.011	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2018	DESPESA SEM INTRA	7.669	7.801	-	7.801	3.537	2.048	
	DESPESA INTRA	1.025	1.025	-	1.025	452	294	
	DESPESA TOTAL	8.694	8.827	-	8.827	3.989	2.342	
2019	DESPESA SEM INTRA	8.006	8.007	-	8.007	3.533	1.906	
	DESPESA INTRA	968	967	-	967	456	267	
	DESPESA TOTAL	8.974	8.974	-	8.974	3.989	2.173	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 71,40 bilhões. Ao fim do 1º quadrimestre, com o registro de todas as alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 71,48 bilhões. Desse valor, R\$ 13,75 bilhões continuaram contingenciados como uma medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com a realidade financeira.

Nesse primeiro quadrimestre, aproximadamente R\$ 17,12 bilhões já foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Para os Demais Poderes, a despesa fixada foi de R\$ 8,97 bilhões. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes



Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, foram empenhados R\$ 3,98 bilhões.

V.II Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa. Essas classificações proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 18 apresenta os dados apurados no primeiro quadrimestre de 2019 comparando-os com o mesmo período do ano anterior.

A Categoria das Despesas Correntes, grupo que engloba as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, foi responsável por 99% do total liquidado do exercício. O grupo de Outras Despesas Correntes é composto pelas despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e o pagamento de encargos com o Governo Federal) e pelo custeio dos projetos e atividades desenvolvidos pelas secretarias do Estado.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 187 milhões, o equivalente a 1% do total liquidado no primeiro quadrimestre pelo ERJ em 2019. Desde o início da crise fiscal do ERJ os investimentos reduziram significativamente, uma vez que boa parcela da receita já está comprometida com as vinculações constitucionais e legais e com despesas de pessoal ativo e inativo.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias foram excluídas no processamento dos dados selecionados.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas em cada grupo de despesa.



Tabela 18 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

DESPESAS POR GRUPO		JANEIRO A ABRIL		
CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	2018	2019	Variação %
	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.343	12.194	-1,2%
CORRENTE	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	6.112	7.790	21,5%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	4.640	6.427	27,8%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	1.472	1.363	-8,0%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS**	4.693	4.404	-6,6%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	3.929	3.608	-8,9%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	764	796	4,0%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS**	1.539	1.393	-10,5%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37	45	16,9%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.394	4.121	-6,6%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	3.479	3.432	-1,4%
CAPITAL	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	2.933	2.904	-1,0%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	546	528	-3,3%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	915	689	-32,8%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	915	689	-32,8%
	TOTAL CORRENTE	16.774	16.359	-2,5%
	4 - INVESTIMENTOS	122	55	-123,2%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	92	40	-131,0%
	4.2 - OUTROS PODERES	31	15	-102,5%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	10,92	,28	-3780,0%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	169	131	-28,5%
TOTAL CAPITAL		302	187	-61,9%
TOTAL GERAL		17.076	16.546	-3,2%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019

*Despesas Líquidas.

**Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias.

***A partir de 2017, Inativos e Pensionistas passaram a constar no Grupo de Despesa 1 de Pessoal.



➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 19 demonstra os maiores gastos realizados, pelo Governo do Estado, na área de pessoal neste primeiro quadrimestre de 2019. No acumulado foram liquidados R\$ 12,19 bilhões, um pouco inferior ao realizado em 2018. Nos próximos quadrimestres, a despesa de pessoal deve manter o mesmo ritmo do ano anterior, uma vez que o ERJ está sob o Regime de Recuperação Fiscal, no qual é vedada a contratação de novos servidores ou a concessão de reajustes e novos benefícios.

Tabela 19 – Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	1º QUADRIMESTRE		VARIAÇÃO %
	2018	2019	
Previdência Social	6.246	5.808	-7,0%
Segurança Pública	2.272	2.421	6,5%
Educação	1.167	1.199	2,8%
*Demais Áreas	2.659	2.766	4,0%
Subtotal	12.343	12.194	-1,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.085	1.221	12,6%
TOTAL GERAL	13.428	13.415	-0,1%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 05/07/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e Imprensa

Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 1,22 bilhão), o gasto de pessoal atinge os R\$ 13,41 bilhões, em virtude das contribuições patronais, na sua maior parte.

Na esfera do Poder Executivo, as áreas de *Previdência Social*, *Segurança Pública* e *Educação* sobressaem-se sobre as demais áreas com 77,3% do total liquidado, no período, o que corresponde a R\$ 9,42 bilhões.

➤ Outras Despesas Correntes

Neste grupo de despesa, computam-se os gastos com a manutenção da máquina pública, além de projetos e atividades de política pública desenvolvidos pelo ERJ. A Tabela 20 aborda este grupo, no primeiro quadrimestre de 2019.

No acumulado, este grupo de despesa apresentou uma despesa realizada de R\$ 4,12 bilhões. As funções governamentais que apresentaram destaque neste primeiro quadrimestre de 2019 foram Saúde, Judiciária, Segurança Pública e Educação.

A função Saúde apresentou uma variação de 47,9%, identificando-se aí, principalmente, despesas com a manutenção de diversas unidades hospitalares e de Pronto Atendimento (UPA's) do ERJ, o que corresponde, em números reais, a liquidação de R\$ 681,08 milhões do total realizado nesse âmbito.

A seguir vem o Poder Judiciário com um montante realizado de R\$ 389,05 milhões necessários à prestação de serviços e à manutenção

Tabela 20 – Custeio

FUNÇÃO	1º QUADRIMESTRE		VARIAÇÃO %
	2018	2019	
Saúde	548.017.949	810.757.693	47,9%
Judiciária	259.824.438	389.050.776	49,7%
Segurança Pública	331.604.135	309.216.507	-6,8%
Educação	348.970.515	308.253.895	-11,7%
Demais Despesas de CUSTEIO	641.300.829	815.521.872	27,2%
Subtotal CUSTEIO	2.129.717.865	2.324.546.847	9,1%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.185.937.841	818.907.834	-30,9%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.078.202.043	977.611.325	-9,3%
TOTAL	4.393.857.749	4.121.066.006	-6,2%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 05/07/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



de sua administração como, por exemplo, concessionárias, contratação de serviços de terceiros no sentido de melhor equipar e modernizar suas unidades.

A área de Segurança Pública e Educação - apesar de apresentarem uma pequena diminuição na aplicação de seus recursos nesse início de exercício - destacaram-se com as despesas de concessão de *Auxílios Alimentação, Saúde e Transporte* aos servidores dessas áreas (R\$ 195,75 milhões). Vale ressaltar ainda as despesas com *Suporte Financeiro à Estudantes e Pesquisadores* no desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação (R\$ 38,35 milhões) na área de Educação.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A classificação de Investimentos e Inversões Financeiras trata das despesas com o planejamento e a execução de obras, aquisição de imóveis, bem como a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Como neste exercício de 2019 deu-se início a uma nova gestão governamental do Estado do Rio de Janeiro, neste período de janeiro a abril, os investimentos foram bastante incipientes, somando um montante de R\$ 55,02 milhões.

A Tabela 21 evidencia as despesas com Investimentos e Inversões Financeiras, destacando as principais funções.

Tabela 21 – Investimentos e Inversões Financeiras

FUNÇÃO	1º QUADRIMESTRE		Variação %
	2018	2019	
02 - Judiciária	30.218.533	14.193.194	-53,0%
06 - Segurança Pública	24.845.111	13.174.216	-47,0%
18 - Gestão Ambiental	5.884.754	9.553.722	62,3%
12 - Educação	1.313.279	6.172.352	370,0%
SUBTOTAL	62.261.677	43.093.483	-30,8%
DEMAIS AÇÕES	70.829.028	11.930.878	-83,2%
TOTAL GERAL	133.090.706	55.024.361	-58,7%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 05/07/2019

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



V.III – Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁶, FECAM¹⁷, FEHIS¹⁸ e FISED.

A Tabela 22, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas no primeiro quadrimestre de 2018 e 2019.

O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (deduzida a transferência aos municípios) subtraídos dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pré-sal, mais 5% do pré-sal; para o FEHIS, o mínimo equivale a 5% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, conforme alteração pela Lei Complementar Nº 183 de 26 de dezembro de 2018 (que reduziu o percentual de 10% para 5%); e por fim, o FISED, fundo criado em 2017 para aplicação em programas na área de segurança pública e desenvolvimento social, composto por 5% dos recursos do pré sal a partir de janeiro de 2018.

Tabela 22

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
1º Quadrimestre	2018	2019	Variação %
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	14.183.153	14.562.020	2,7%
DESPESA LIQUIDADA	2.693.713	3.038.358	12,8%
(+) UO's	895.185	960.115	7,3%
(+) FUNDEB	2.021.611	2.122.946	5,0%
(-) Restos a Pagar Cancelados	75	683	812,9%
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual	223.008		-100,0%
Minimo que não foi Aplicada em MDE em Exercícios Anteriores.			
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	3.545.788	3.640.505	2,7%
% ÍNDICE	19,0%	20,9%	1,9%
SAÚDE			
RECEITA BASE	14.183.139	14.562.005	2,7%
DESPESA LIQUIDADA	652.045	962.354	47,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	1.701.977	1.747.441	2,7%
% ÍNDICE	4,6%	6,6%	2,0%
FAPERJ			
RECEITA BASE	8.454.186	8.683.808	
DRE (30% - EC 93/2016)	2.536.256	2.605.142	2,7%
BASE CÁLCULO	5.917.930	6.078.666	
DESPESA LIQUIDADA	65.516	62.227	-5,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	118.359	121.573	2,7%
% ÍNDICE	1,1%	1,0%	-0,1%
FECAM			
RECEITA BASE	2.811.432	3.600.685	
DRE (30% - EC 93/2016)	843.430	1.080.206	28,1%
BASE CÁLCULO	1.968.002	2.520.480	
DESPESA LIQUIDADA	3.773	9.725	157,7%
(-) RP Cancelado	300		-100,0%
MÍNIMO A SER APLICADO	98.400	126.024	28,1%
% ÍNDICE	0,4%	0,9%	0,5%
FEHIS			
RECEITA BASE	1.595.742	1.685.079	
DRE (30% - EC 93/2016)	478.723	505.524	5,6%
BASE CÁLCULO	1.117.020	1.179.555	
DESPESA LIQUIDADA	9.021	11.441	26,8%
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)	159.574	58.978	-63,0%
% ÍNDICE	0,8%	1,0%	20,1%
FISED			
RECEITA BASE	-	144.004	
DRE (30% - EC 93/2016)	-	43.201	-
BASE CÁLCULO	-	100.803	
DESPESA LIQUIDADA	-	51.467	-
MÍNIMO A SER APLICADO	-	250.000	-
% ÍNDICE	-	51,1%	-

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Dados extraídos da Flexvision no dia 09/07/2019.

¹⁶ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁷ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹⁸ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



As Receitas (Bases de Cálculo) dos Índices Constitucionais apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, consequência da melhora na arrecadação dos principais tributos estaduais.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.

➤ Educação

No primeiro quadrimestre de 2019, a apuração do índice da Educação apontou para uma aplicação de 20,9% da receita base (conforme a Tabela 22). Dos R\$ 3,64 bilhões a aplicar, o Estado alocou R\$ 3,03 bilhões em despesas, sendo R\$ 2,12 bilhões repassados ao FUNDEB.

A Tabela 23 demonstra a despesa executada por grupo de despesa no índice.

A despesa total liquidada alcançou R\$ 3,03 bilhões, registrando um acréscimo de 4,2% (+R\$ 121,63 milhões), comparativamente ao mesmo período de 2018.

Nas despesas de pessoal, boa parcela foi financiada com recursos provenientes do retorno do FUNDEB (48,1%). Por sua vez, o grupo de Outras Despesas Correntes, quando comparado ao montante apurado em 2018, apresentou uma variação de 22,0%.

A Tabela 24 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas neste 1º quadrimestre.

Tabela 23 – Aplicação no Índice

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NO ÍNDICE			Participação em 2019	
	1º QUADRIMESTRE		Variação %		
	2018	2019			
Pessoal	1.433.659	1.473.031	2,7%	48,5%	
FR TESOURO	791.498	765.013	-3,3%		
FUNDEB (retorno)	642.160	708.018	10,3%		
Outras Desp. Correntes	162.012	197.684	22,0%	6,5%	
FR TESOURO	103.584	145.200	40,2%		
FUNDEB (retorno)	58.428	52.484	-10,2%		
Juros e Encargos da Dívida	2		-100,0%		
Investimento/Inversões	101	5.883	5717,5%	0,2%	
(-) Restos a pagar cancelado	74.788	682.769	812,9%		
SUB TOTAL	1.595.699	1.675.914	5,0%		
FUNDEB (Perda Líquida)	1.321.022	1.362.443	3,1%	44,8%	
TOTAL GERAL	2.916.721	3.038.358	4,2%	100,0%	

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral



Tabela 24– Distribuição do Índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2019
	2018	2019		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	287.893.479	275.811.771	-4,2%	9,1%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	60.890.454	61.832.422	1,5%	2,0%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	307.229.708	335.835.471	9,3%	11,1%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	178.629.003	172.109.048	-3,6%	5,7%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	46.508.742	52.339.250	12,5%	1,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	8.269.354	11.803.338	42,7%	0,4%
UEZO - Fund Centro Universitário Estad da Zona Oeste	5.764.461	6.363.765	10,4%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	895.185.200	916.095.065	2,3%	30,2%
FUNDEB**	2.021.610.926	2.122.945.526	5,0%	69,9%
(-) Restos a pagar cancelado	74.788	682.769		
TOTAL DO ÍNDICE	2.916.721.338	3.038.357.822	4,2%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

O somatório das despesas desembolsadas pelas unidades em 2019 apresentou uma variação positiva de 4,2% (+R\$ 121,63 milhões) em relação ao mesmo período de 2018. A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) apresentou participação de 9,1% na composição do índice, com uma execução total de R\$ 275,81 milhões, quase que na sua totalidade com gasto em pessoal (R\$ 242,79 milhões).

A aplicação com recursos do FUNDEB montante expressivo de R\$ 2,12 bilhões, registrou participação de 69,9% no quadro de distribuição do índice neste 1º quadrimestre 2019, contabilizando um acréscimo de R\$ 101,33 milhões.



➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 62,22 milhões nesse primeiro quadrimestre (Tabela 25).

A despesa liquidada neste primeiro quadrimestre pela Fundação representou 1,0% da receita base do índice arrecadada.

A Tabela 25 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano com recursos do Tesouro.

Principal projeto desenvolvido, a ação “Apoio a Estudantes e Pesquisadores” registrou uma variação positiva 4,2% (+R\$ 1,54 milhões) nas despesas liquidadas. O projeto atende às demandas dos alunos com bolsas e auxílios nos programas da FAPERJ.

Tabela 25 – Execução Orçamentária do Índice da FAPERJ

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			EM R\$
FONTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A ABR		Variação %
	2018	2019	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	36.809.746	38.354.600	4,2%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	9.852.181	9.775.167	-0,8%
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	6.987.946	8.078.978	15,6%
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	4.333.695	4.478.440	3,3%
Pessoal e Encargos Sociais	2.125.582	2.168.798	2,0%
Fomento à Inovação Tecnológica	2.686.633	854.336	-68,2%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	158.504	236.076	48,9%
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	2.561.942	101.253	-96,0%
SUBTOTAL	65.516.228	64.047.647	-2,2%
(-) Restos a Pagar Processados Cancelados	520	1.820.853	
TOTAL	65.515.708	62.226.794	-5,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

* Descontado o valor Restos a Pagar processados cancelados

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019



➤ Saúde

No primeiro quadrimestre de 2019, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi superior em 47,6% em relação ao mesmo período do ano passado. Conforme demonstrado na Tabela 26, ao compararmos com o exercício de 2018, observamos uma aplicação maior em R\$ 310,30 milhões:

Tabela 26 – Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD			Participação em 2019	
	JAN a ABRIL		Variação %		
	2018	2019			
Pessoal	236.497.937	238.083.310	0,7%	24,7%	
Outras Desp. Correntes	413.853.479	723.446.070	74,8%	75,2%	
Investimentos / Inversões	1.693.559	803.315	-52,6%	0,1%	
Amortização da Dívida	-	21.578	-	0,0%	
TOTAL	652.044.976	962.354.273	47,6%	100,0%	

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 05/07/2019.

O grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou com 75,2% na execução do índice com aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Foi constatada neste grupo de despesa uma variação de 74,8% em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas, em ordem decrescente:

1 - Assistência Ambulatorial e Hospitalar – investiu-se R\$ 330,77 Milhões, dos quais R\$ 209,73 milhões são referentes às despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 96,66 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's).



2- Execução do Contrato de Gestão – FES – houve uma aplicação de R\$ 140,14 milhões. Nesse programa de trabalho são executadas as despesas da Fundação Saúde com seus postos de assistência médica e com outras unidades da Secretaria de Estado de Saúde, incluindo as despesas com pessoal, despesas obrigatórias e de custeio.

3- Apoio às UPAS 24 Horas Municipalizadas - uma despesa realizada de R\$ 43,60 milhões.

No grupo Investimento/Inversões foram liquidados R\$ 803,31 mil no primeiro quadrimestre. Já no grupo referente às despesas de Pessoal, houve aplicação de R\$ 238,08 milhões, representando uma variação de 0,7% em relação ao ano passado.

➤ FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 5% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

No primeiro quadrimestre de 2019, a soma das despesas liquidadas no contexto do FECAM foi de R\$ 9,72 milhões, custeados com recursos da fonte 104 (Compensações Financeiras pela Exploração de Petróleo).

As ações realizadas no quadrimestre em tela por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 27 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados até o momento.

A ação com maior expressividade no período foi a 3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM, um gasto de R\$ 4,23 milhões, representando 43% do total empenhado no período em questão.

**Tabela 27 - Índice FECAM**

ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO/INVESTIMENTO	Em R\$
		Total
SEA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental - FECAM	248.988
SEA PROG.SANEAMENTO AMBIENTAL BAIA GUANABARA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental - FECAM	2.654.608
INEA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental - FECAM	1.035.276
	3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	4.234.529
	3979 - Cidades Sustentáveis	1.551.576
Total Geral		9.724.977

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 08/07/2019

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 5% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 122), aplicados na área de habitação. Neste primeiro quadrimestre de 2019, o Fundo apresentou uma execução de R\$ 11,44 milhões, com a concessão de aluguéis sociais, por meio pela Secretaria Estadual de Assistência Social de Direitos Humanos, no âmbito do programa Aluguel Social que atende às vitimas de enchentes e intempéries.

➤ FISED

O Fundo Estadual de Investimento e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED) foi criado no final de 2017 por norma estadual, com o objetivo de apoiar programas e projetos na área de segurança pública, de prevenção à violência e de desenvolvimento social que sejam a eles associados.



Para o exercício de 2019 o Fundo possui uma dotação autorizada de R\$ 432,39 milhões, financiada com 5% dos recursos provenientes de royalties da camada do pré-sal.

Neste início de 2019, o Fundo apresentou uma aplicação de R\$ 51,46 milhões, conforme demonstrado na Tabela 28.

Tabela 28 - FISED

APLICAÇÕES - FISED	1º QUADRIMESTRE 2019
5576 - Apoio a Progr e Proj Segurança Pública-FISED	844.397
5577 - Apoio a Programas e Projetos da Polícia Militar - FISED	36.441.590
5578 - Apoio a Programas e Projetos da Polícia Civil - FISED	11.993.038
5586 - Apoio a Programas e Projetos da Administração Penitenciária - FISED	2.188.430
Total Aplicado	51.467.454

Fonte: SIAFE -RIO

Dados extraídos dia 05/07/2019



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

As cotas liberadas no primeiro quadrimestre de 2019 representaram 129% das despesas liquidadas, sendo que foram utilizadas apenas 69,5% das cotas liberadas. As despesas pagas representaram 92,0% das cotas utilizadas.

Com relação às Programações de Desembolso (PD), as áreas prioritárias de educação e segurança consumiram 58,5% e 61,5% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 29.

Em relação às despesas referentes à área de saúde, em cumprimento ao disposto no art. 24 do Decreto nº 46.230, de 31 de janeiro de 2018, o Tesouro Estadual do Rio de Janeiro efetua transferência de recursos para o Fundo Estadual de Saúde (FES), creditado em conta bancária sob titularidade do Fundo Estadual de Saúde, nos dias 10 (dez), 20 (vinte) e 30 (trinta) de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente.

A partir da implementação desta metodologia, o próprio Fundo Estadual de Saúde passou a ser responsável pela administração e execução dos pagamentos e/ou repasses financeiros para quitação das suas obrigações.

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no primeiro quadrimestre foi de 9 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 97,6%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 1,4% do total e acima de 30 dias, 1,0%.

VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias –

Tabela 29

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2019 POR ÁREAS				
ÁREAS	DESP. LIQUIDADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
EDUCAÇÃO	47	79	46	44
SEGURANÇA	108	132	81	84
ASSISTÊNCIA SOCIAL	15	23	15	12
DEMAIS ÁREAS	336	419	312	277
TOTAL GERAL	506	652	453	417

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até ABR/2019

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	166,6%	97,4%	58,5%	96,4%
SEGURANÇA	122,3%	75,2%	61,5%	103,1%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	155,9%	99,5%	63,8%	81,7%
DEMAIS ÁREAS	124,7%	92,7%	74,4%	88,9%
TOTAL GERAL	129,0%	89,6%	69,5%	92,0%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até ABR/2019

Tabela 30

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2019			
DESP. LIQUIDADA (A)	COTA FIN. LIBERADA (B)	COTA FIN. UTILIZADA (C)	DESP. PAGA (D)
506	652	453	417
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
129,0%	89,6%	69,5%	92,0%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até ABR/2019



SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 19 concessionárias.

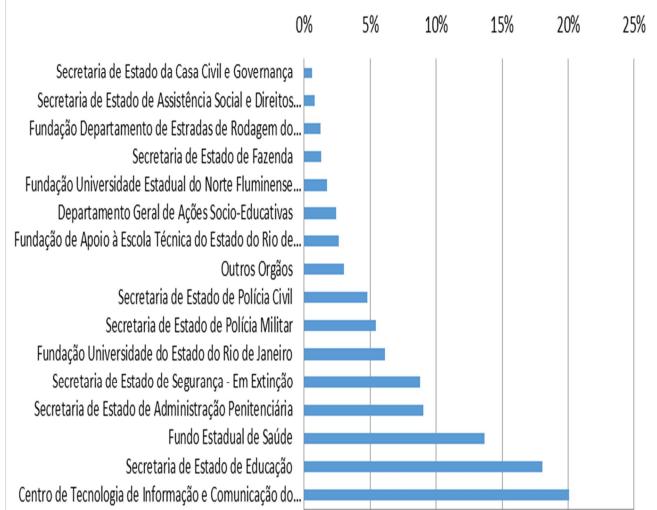
Para equilibrar as contas estaduais e garantir os serviços essenciais para os órgãos, com a promulgação das Leis nº 7.019/2015, nº 7.298/16, nº 7.626/2017 e nº 8.058/18, alterada parcialmente pela Lei nº 8.080/2018, a Alerj autorizou o Poder Executivo a realizar a compensação de dívidas líquidas e certas do Estado do Rio de Janeiro, referente ao período de janeiro de 2012 a julho de 2018, com concessionárias ou autorizatórias e fornecedoras de combustíveis por conta da prestação de serviço público de telecomunicações, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás canalizado e combustíveis ao Estado do Rio de Janeiro, com créditos tributários devidos relativos ao ICMS, na forma do previsto nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

Com esta medida, considerando o limite de créditos tributários de cada empresa, foram regularizadas as pendências com as concessionárias prestadoras dos serviços listados até a competência julho de 2018.

Em relação ao exercício de 2019, no primeiro quadrimestre, considerando-se as concessionárias abarcadas no SIPC, foram registrados R\$ 172,52 milhões referentes ao valor acumulado do faturamento de serviços essenciais. Esse montante inclui R\$ 10,1 milhões relativos ao parcelamento de dívidas reconhecidas junto à CEDAE.

Desse montante total, as despesas com energia elétrica no montante de R\$ 74,29 milhões representaram 43,06%.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

Gráfico 9**Participação dos órgãos no faturamento total SIPC**



No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, houve faturamento de R\$ 13,32 milhões neste quadrimestre.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC somou R\$ 36,48 milhões no primeiro quadrimestre de 2019.

Na área de distribuição de água e esgoto, no primeiro quadrimestre faturou-se R\$ 45,58 milhões, sendo que apenas a CEDAE compreende cerca de 58,18% deste total.

VI.3 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em 14 de dezembro de 2017, foi publicada a Emenda Constitucional nº 99, que alterou o regime especial de pagamento de precatórios, estendendo o prazo para quitação do estoque de precatórios até 2024.

De acordo com a sistemática de pagamento no regime especial, o Tesouro Estadual deve transferir ao Tribunal de Justiça, mensalmente, quantia calculada sobre o percentual da RCL, conforme plano de pagamento apresentado, anualmente, pelo Ente devedor ao Tribunal de Justiça, que deve demonstrar sua solvência ao final do regime especial.

No 1º quadrimestre de 2019, foram repassados ao Tribunal de Justiça R\$ 163,48 milhões, oriundos dos recursos do FPE.

Nesse mesmo período, os Tribunais informaram a Secretaria de Estado de Fazenda a utilização de R\$ 439,33 milhões em pagamentos de precatórios com os recursos transferidos pelo Estado.

Salienta-se que a gestão dos recursos destinados aos pagamentos de precatórios é feita pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que rateia a verba com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Federal (TRF), e posteriormente os



Tribunais informam à Secretaria de Estado de Fazenda os pagamentos realizados, para contabilização do pagamento e baixa da obrigação nas contas patrimoniais do Estado.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

Até dezembro de 2018, o Tesouro Estadual acumulou passivo de requisições de pequeno valor - RPVs no valor de R\$ 310,95 milhões, que foi liquidado e inscrito em RPP para pagamento no ano de 2019.

No início de 2019, a Secretaria de Estado do Fazenda retornou os pagamentos das RPVs.

No 1º quadrimestre de 2019, foram desembolsados pelo Tesouro Estadual R\$ 95,41 milhões para pagamentos de RPVs. Dessa quantia, R\$ 77,49 milhões referem-se a RPVs inscritas no RPP de 2018 e R\$ 17,92 milhões referem-se a RPVs que deram entrada na SEFAZ entre 15 de dezembro de 2018 até abril de 2019, que estão sendo quitadas em até 30 dias a contar da entrada nesta Secretaria.

Cabe esclarecer que essas obrigações judiciais, por terem prazo de 60 dias para cumprimento, estão sujeitas a sequestros contas do Estado, o que gera grandes transtornos ao Estado pela dificuldade de conciliação das contas e pela necessidade urgente de recompor contas de convênios e operações de crédito.

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições judiciais de pagamento, por seu valor de até 20 vezes o salário mínimo, estabelecido pela Lei 7.507, de 29 de dezembro de 2016, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal .

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Assim, no 1º quadrimestre deste ano, o total de recursos financeiros despendidos pelo Tesouro Estadual para pagamento das condenações judiciais transitadas em julgado, definidas como precatório e requisição de pequeno valor – RPV, foi de R\$ 258,89 milhões.



VI.4 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 1º quadrimestre de 2019, R\$ 174,5 milhões com o serviço da dívida. A importância desembolsada foi 18,4% inferior ao valor pago no mesmo período do ano anterior.

Esta variação foi influenciada pela adesão, por parte do Estado do Rio de Janeiro, ao Regime de Recuperação Fiscal, em 05 de setembro de 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

De acordo com o artigo 9º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a União concederá redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por prazo igual ou inferior ao estabelecido para a vigência do Regime de Recuperação Fiscal. Neste caso, o Plano de Recuperação do Estado foi aprovado com a previsão de redução extraordinária das dívidas devidas pelo prazo de 3 anos.

Ademais, o Estado não está sendo executado, pela União, em relação ao inadimplemento em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União.

O pagamento da dívida da Administração Indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual alcançou R\$ 5,61 milhões, 18,7% superior ao 1º quadrimestre de 2018. O aumento ocorreu devido à inclusão de novos parcelamentos, com a Receita Federal e INSS, da Administração Indireta, na Dívida do Estado.

Gráfico 10

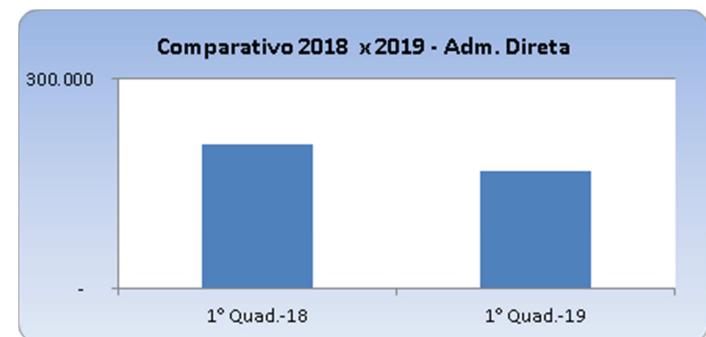


Gráfico 11

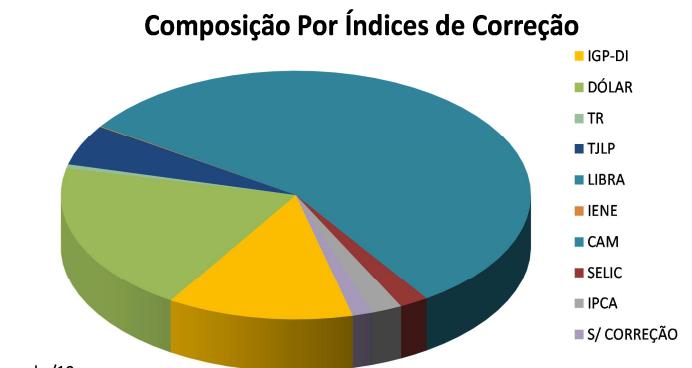


Tabela 31

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							R\$ mil
	1º Quad. 2018			1º Quad. 2019			△ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	168.526	38.517	207.043	127.298	41.581	168.878	-18,43%
INTERNA	168.526	38.517	207.043	127.298	41.581	168.878	-18,43%
EXTERNA	-	-	-	-	-	-	-
ADM. INDIRETA HONRADA	4.158	574	4.732	2.591	3.026	5.617	18,70%
TOTAL	172.684	39.091	211.775	129.889	44.607	174.495	-17,60%



Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 1º quadrimestre de 2019, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 154,95 bilhões, 10,8% maior que o mesmo período do ano anterior. A variação foi decorrente da atualização dos saldos devedores, conforme cláusulas específicas dos contratos e incorporação dos juros e encargos não honrados devido à vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

O estoque da dívida interna cresceu 11,1%, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Parte desse aumento é justificada pela inclusão, no estoque, do saldo das contas gráficas previstas nos artigos 9º e 17º da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Tabela 32

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TAXA DE JUROS R\$ mil			
Prefixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.031.973	0,83%	0,67%
2,1 - 4	159.950	0,13%	0,10%
4,1 - 6	109.895.770	88,18%	70,92%
acima de 6,1	13.542.453	10,87%	8,74%
Subtotal	124.630.145	100,00%	80,43%
Pósfixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	8.100.363	26,72%	5,23%
2,1 - 4	7.011.586	23,13%	4,53%
4,1 - 6	13.307.902	43,89%	8,59%
acima de 6,1	1.900.000	6,27%	1,23%
Subtotal	30.319.852	100,00%	19,57%
Total	154.949.997		100,00%

Tabela 33

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2018 R\$ mil			
	1º Quad. 2018	1º Quad. 2019	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	139.786.218	154.949.997	10,85%
INTERNA	127.345.398	141.489.307	11,11%
Dívida com a União	102.991.919	116.957.409	13,56%
Outras Dívidas Contratuais	24.353.479	24.531.898	0,73%
EXTERNA	12.227.268	13.225.587	8,16%
Com Aval do Tesouro Nacional	12.222.020	13.219.680	8,16%
Mobiliária	5.248	5.907	12,55%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	213.552	235.103	10,09%
DÍVIDA FINANCEIRA	139.786.218	154.949.997	10,85%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	52.260.893	59.577.650	14,00%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RCL	2,67	2,60	-2,77%

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,5% do total da dívida financeira, encerrou o 1º quadrimestre de 2019 com saldo de R\$ 13,22 bilhões, ou seja, 8,2% superior ao 1º quadrimestre de 2018, consequência da desvalorização do real frente ao dólar.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 1º quadrimestre de 2019 em R\$ 235,10 milhões, representando um aumento de 10,1% em relação ao saldo verificado em abril de 2018.



O aumento ocorreu devido à adesão, pelo Estado, aos parcelamentos com a Procuradoria – Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, de acordo com as Leis nº 13.485, de 02 de outubro de 2017, e nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 80,4% do estoque. Desse montante, 70,9% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 4,56%.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo representam 2,66%, e 0,45% desse percentual está exposto a taxas variáveis. Isso ocorre devido à suspensão do pagamento dos contratos administrados pela STN e os contratos com garantia da União, conforme o Regime de Recuperação Fiscal.

O Gráfico 12 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o pagamento das contas gráficas recebe destaque entre 2020 e 2026 quando o Estado tem que quitar os valores que encontam-se suspensos na vigência do regime. Destaca-se a União como maior credora do Estado (73% da dívida financeira).

Em relação ao prazo médio de amortização¹⁹ e ao prazo médio de repactuação²⁰, estes atingiram 14,8 anos e 13,2 anos, respectivamente.

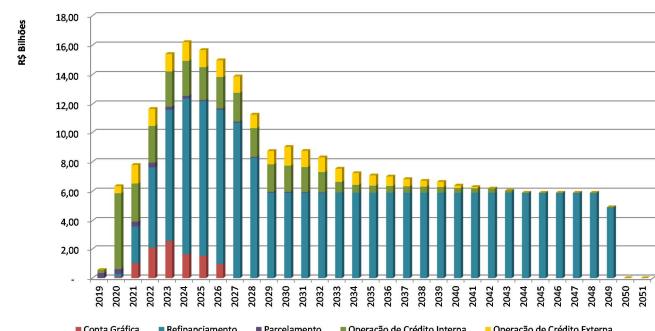


Gráfico 12

Tabela 34

Ano	PROJEÇÃO SERVIÇO DA DÍVIDA			Em R\$ milhões
	SERVIÇO	RCL Pessimista	SD/RCL	
2018	564,95	58.290,78	0,97%	
2019	591,98	56.749,11	1,04%	
2020	6.611,83	59.384,15	11,13%	
2021	8.822,16	63.639,43	13,86%	
2022	13.784,31	67.687,62	20,36%	
2023	18.662,50	71.534,98	26,09%	
2024	20.224,94	72.522,21	27,89%	
2025	20.237,61	74.719,47	27,08%	
2026	19.364,53	79.650,96	24,31%	

¹⁹ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

²⁰ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas) (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

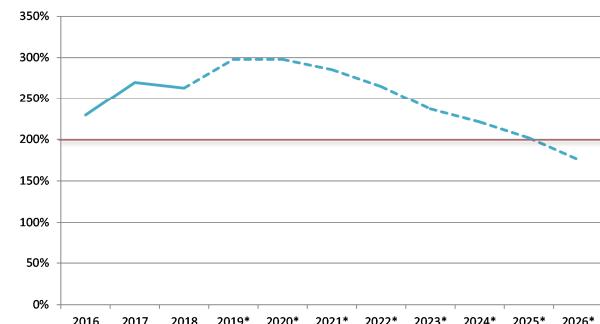


A Tabela 34 representa o montante da Receita Corrente Líquida que está comprometido com o pagamento do serviço da dívida de 2018 a 2026, ao fim do pagamento das contas gráficas resultantes do Regime de Recuperação Fiscal. Observa-se que, com o retorno dos pagamentos do serviço da dívida, o Estado, em 2023, terá 26% da RCL comprometida com o pagamento de dívidas.

O Gráfico 13 apresenta projeção do estoque da dívida em relação ao RCL, o limite legal é de 2x a RCL. Cabe ressaltar que o Estado está suspenso de cumprir a relação durante a vigência do regime de recuperação fiscal. Observa-se que a previsão de retorno ao limite legal é em 2025, dois anos após o término do regime de recuperação fiscal considerando a prorrogação.

Gráfico 13

Relação DCL/RCL (2016 - 2026*)



Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 35

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	R\$ mil	Índices	%	R\$ mil	Índices	%	R\$ mil
IGP-DI	13,35%	22.454.341,56	IGP-DI	12,71%	20.890.241,47	IGP-DI	13,93%	24.128.720,41
CAM	57,30%	96.361.132,58	CAM	57,26%	94.078.014,37	CAM	57,57%	99.703.899,76
DÓLAR	18,11%	30.460.204,34	DÓLAR	18,54%	30.460.204,34	DÓLAR	17,59%	30.460.204,34
TR	0,87%	1.459.857,19	TR	0,89%	1.459.857,19	TR	0,84%	1.459.857,19
TJLP	5,13%	8.631.154,03	TJLP	5,25%	8.631.154,03	TJLP	4,98%	8.631.154,03
LIBRA	0,00%	5.814,89	LIBRA	0,00%	5.814,89	LIBRA	0,00%	5.814,89
IENE	0,08%	134.248,73	IENE	0,08%	134.248,73	IENE	0,08%	134.248,73
SELIC	1,68%	2.821.495,33	SELIC	1,72%	2.821.495,33	SELIC	1,63%	2.821.495,33
IPCA	2,23%	3.741.835,74	IPCA	2,28%	3.741.835,74	IPCA	2,16%	3.741.835,74
S/ CORREÇÃO	1,24%	2.085.400,59	S/ CORREÇÃO	1,27%	2.085.400,59	S/ CORREÇÃO	1,20%	2.085.400,59
TOTAL	100,00%	168.155.485	TOTAL	100,00%	164.308.267	TOTAL	100,00%	173.172.631

abr/20

abr/20

abr/20

Coeficiente de Atualização Monetária – CAM

A partir da série histórica de 5,0 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 1,68% a.a. e 5,14% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM,



ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 5,6 bilhões, passando, no total da dívida, de 57,26% no cenário otimista para 57,57% no cenário pessimista.

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -0,54% a.a. e 8,80% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, passando, no total da dívida, de 12,71% no cenário otimista para 13,93% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se uma variação absoluta de R\$ 8,9 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 5%.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 25,3 bilhões para 30,3 bilhões e de 18,1% para 19,5%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em consequência da inclusão dos saldos não pagos, em conta gráfica a pagar, e a desvalorização do real perante o dólar.

A Tabela 36 demonstra o quanto varia o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves. Observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 1,3 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Gráfico 14

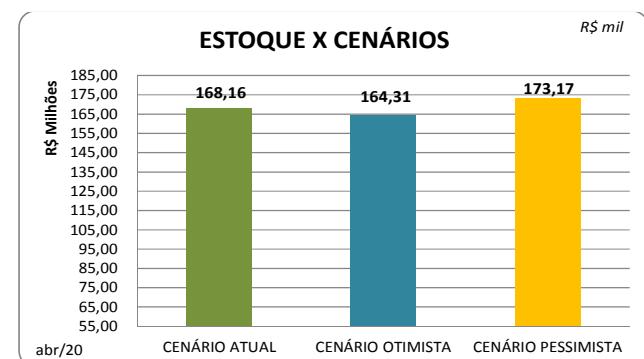


Tabela 36

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+ 10%	+ 2.002.931,39	+ 1,298
Iene Japonês	+ 10%	+ 13.952,13	+ 0,009



Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 89,31 mil de receita oriunda de operações de crédito, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril:

- R\$ 89,31 mil destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD)

Tabela 37

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 30/04/2019

	2019		2020/25	R\$ mil
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)	
1. Operações de Crédito Contratadas	89	783.315	1.798.588	
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	-	377.965	268.639	
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	-	-	248.599	
2.CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	-	20.040	
3. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	314.404	-	
4. PROCOI - CAIXA	-	63.561	-	
Demais	89	405.351	1.529.948	
5. PET II - BIRD	-	22.657	4.516	
6. PRODETUR - BID	-	66.203	25.143	
7. PSAM - BID	-	-	1.382.066	
8. PET II Adicional - BIRD	89	313.826	83.478	
9. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	-	2.664	34.745	
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-	
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	1.989.210	-	
Total	89	2.772.526	1.798.588	

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2019.

(1) Valores realizados em 2019, a preços correntes

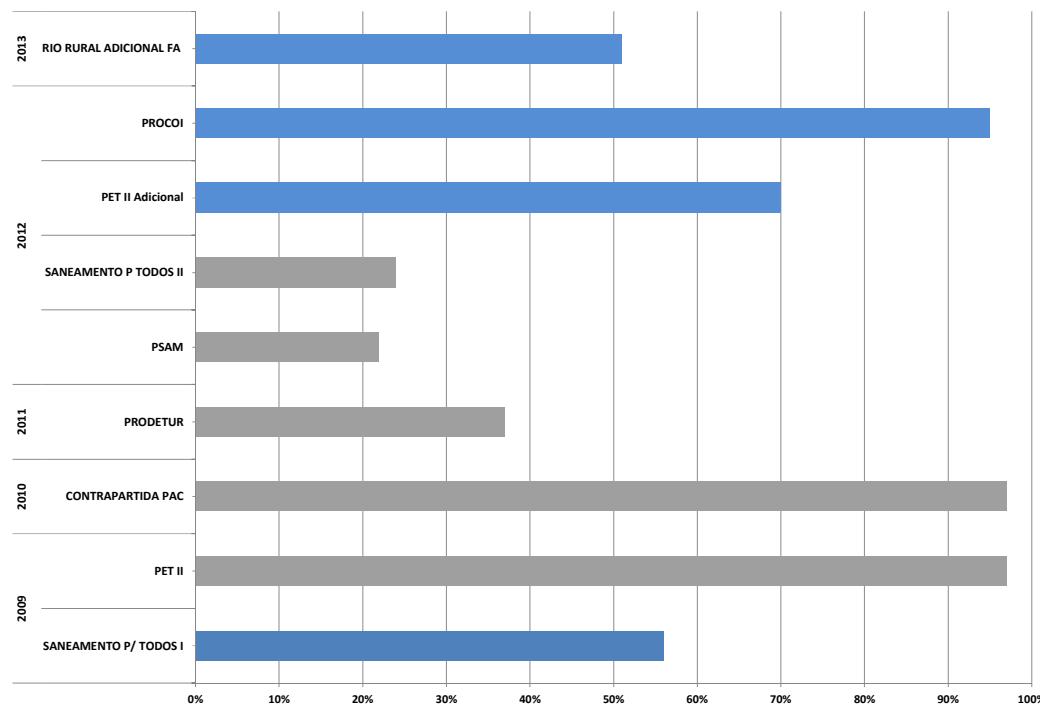
(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ABR/2019

**Tabela 38****Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso**

Data: 30.04.2019

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ÓRGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	312.526.229,07	56%	558.000.000,00	312.526.229,07
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,0000	204.812.405,46	97%	835.220.010,00	396.769.308,74
2010									
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,90	296.848.677,73	97%	629.608.406,15	586.006.600,71
2011									
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	41.486.692,47	37%	441.873.600,00	100.942.714,48
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	101.673.000,00	22%	1.783.196.694,00	297.005.905,80
22/06/2012	SANEAMENTO P/ TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	100.968.042,49	24%	415.372.248,98	100.968.042,49
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	418.611.723,38	70%	2.367.180.000,00	1.347.521.493,60
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	50.518.222,14	51%	394.530.000,00	172.664.199,79

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 15**OPERAÇÕES CONTRATADAS EM FASE DE DESEMBOLSO
PERCENTUAL LIBERADO POR CONTRATO**

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



VI.5 Acompanhamento Financeiro de Convênios²¹

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 1º Quadrimestre de 2019 com 213 convênios de despesa e 147 convênios de receita vigentes.

Entre os convênios de despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças. Na esfera dos convênios de receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre de 2019 com o montante total de R\$ 3.975 milhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 1º quadrimestre de 2019 com o montante total de R\$ 2,354 milhões.

VI.6 Análise de Viabilidade Econômica de PPP

No ano de 2018, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Pública-Privada (PPP) no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, realizou 03 (três) Procedimentos de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de projetos de Parceria:

- **Concessão Rodovias:** Projeto destinado à concessão de um conjunto de rodovias estaduais do interior e de vias urbanas metropolitanas do Rio de Janeiro, consolidadas em três lotes que formam o Grupo 1, três lotes de vias urbanas metropolitanas implantadas mas com trechos novos a serem construídos para ampliação, formando o Grupo 2, e uma rodovia formando o Grupo 3.

²¹ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.



- **PPP Saneamento:** Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.
- **PPP Ilha Grande:** Projeto destinado à prestação de serviço de apoio à gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação²², da Ilha Grande.

Com base na Cláusula Trigésima do Contrato Casa Civil nº 27/2013, decretou-se em 18 de março de 2019 a caducidade da concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho. O Contrato em processo de arbitragem na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem obedece às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

VI.7 Captação de Recursos

No primeiro quadrimestre de 2019, no que tange à captação de recursos, área responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, foi verificado junto às Secretarias de Estado e Órgãos da Administração o interesse das respectivas áreas de atuação em captar recursos para execução de seus projetos, sendo prestado auxílio e orientação a estes.

²² À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”



Glossário

- **Receitas correntes**²³: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem²⁴:

- a) **Receita Tributária:** Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) **Receita de Contribuições:** Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- c) **Receita Patrimonial:** Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- d) **Receita Agropecuária:** Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- e) **Receita Industrial:** Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- f) **Receita de Serviços:** Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
- g) **Transferência Corrente:** Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

²³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

²⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital²⁵:** são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem:

a) **Operações de Crédito:** São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

b) **Alienação de Bens:** Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.

Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

c) **Transferência de Capital:** É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

d) **Outras Receitas de Capital:** São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

²⁵ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



- **Natureza da Receita²⁶**: A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No

âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria

Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da

Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da

receita nos cofres públicos. (Fonte:MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, que indicam:

- 1º = Categoria Econômica

- 2º = Origem

- 3º = Espécie

- 4º a 7º = Desdobramento

- 8º = Tipo

- 9º e 10º = Detalhamento

O Tipo, correspondente ao 8º dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se

refere aquela natureza, sendo:

- 0- Natureza de receita não valorizável ou agregadora;

²⁶ A Receita Pública é classificada por diversos aspectos com o objetivo de possibilitar sua estimativa, execução, acompanhamento, avaliação e controle. Portanto, a classificação das receitas é fundamental para evidenciar as suas origens e aplicações no âmbito do orçamento público.

A Classificação das Receitas comprehende, dentre outras classificações, as Fontes de Recursos (FR) e a Natureza da Receita (NR). O Classificador de Receita poderá ser consultado no site de Transparéncia Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.transparencia.rj.gov.br/>).



- 1- Principal da receita;
- 2- Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- 3- Dívida Ativa da respectiva receita;
- 4- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.